

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2018

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Fabiano Tolentino; aprovação – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.211 a 5.213/2018; Requerimentos nºs 10.970 e 10.972 a 10.977/2018 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 10.971/2018 – Comunicações: Comunicações do deputado Gustavo Santana – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Carlos Henrique – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Cristiano Silveira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Fabiano Tolentino.

O deputado Fabiano Tolentino – Presidente, na verdade, nesta tarde, eu gostaria de lembrar a esta Casa que hoje, 24 de maio, é o Dia Nacional da Liberdade de Impostos. O que significa isso? As empresas começam a vender os seus produtos sem cobrar a taxa exorbitante de impostos. E quero chegar aonde? Eu quero chegar exatamente a 2015, quando esta Casa votou a favor do aumento de impostos. Não sei se os senhores se lembram disso, mas 36 deputados votaram favoravelmente e 19 votaram contra. Votei contra o aumento de impostos em 2015, oportunidade em que se aumentou o preço da energia elétrica e de solventes industriais. Começou ali o caos mineiro. Minas Gerais hoje é o Estado onde mais se paga imposto no País. Hoje o empresário tem de trabalhar, presidente, 160 dias no ano só para pagar impostos. Portanto, é de agora para frente que o empresário começa a ter dinheiro para pagar seus funcionários. Depois, só lá pelo final do ano, é que aquela empresa que está gerando imposto para o Estado terá o seu lucro. Então, o pensamento está totalmente contrário. Em 2017, chegou a esta Casa um projeto dentro do qual vinha um *frankenstein*, como chamamos algo que aparece, por acaso, dentro de uma lei. Nesse projeto a que me refiro, vinha o aumento da gasolina e do álcool em mais 2%. Com isso, Minas Gerais passou a ser o Estado com o maior custo de gasolina do Brasil, perdendo só para o Acre. Se pensarmos que a gasolina sai do mar e considerarmos que Minas fica perto do mar, veremos o absurdo que é termos o mesmo preço que o Acre para a gasolina. Então, estou aqui neste momento para dizer que sou favorável à greve dos caminhoneiros. Eles têm que parar, mesmo. Temos de parar o Brasil. E só faz isso quem tem condição. Deveríamos parar o Estado de Minas Gerais, porque o governador não tem nenhuma condição de gerir um Estado com as dificuldades de Minas. Aliás, com os poucos recursos que estão sendo arrecadados, o governo vai ficando cada vez pior. Mas os caminhoneiros estão fazendo a sua parte. Também os proprietários rurais deveriam fechar as suas fazendas por dois dias – e aproveitamos para chamá-los a isso. Se fecharmos as portas das fazendas por dois dias, veremos o caos em que fica o Brasil. Com os caminhoneiros parados por três dias, em Divinópolis e na maioria das cidades já não tem gasolina, os produtos já não chegam aos supermercados e algumas empresas vão parar na segunda-feira. Já estão até dispensando os funcionários do trabalho. Então, parabéns aos caminhoneiros! Espero que o presidente perceba isso, mesmo andando de avião e não nas estradas. Aliás, ele deveria estar nas estradas, para ver o tanto que as BRs estão ruins no Estado de Minas Gerais. Mas, aproveitando que ele está hoje em Belo Horizonte, deixo o meu recado não só para o governador de Minas, o aumentador de impostos, como para o presidente Michel Temer, que aumenta os impostos todos os dias e não anda de carro, mas de avião – está vendo todo esse caos, através do avião com ar-condicionado, enquanto andamos nas estradas ruins e os caminhoneiros seguem segurando o rojão do Estado e do Brasil, que tanto precisam deles. Amanhã teremos também um grande movimento dos condutores de *vans*, que também pagam caro pelo óleo diesel. Eles vão parar na esplanada do Mineirão e também têm o apoio do deputado Fabiano Tolentino e dos grupos de WhatsApp, que estão todos mobilizados, como disse o Antônio, que me procurou hoje. Só assim vamos mudar esse Brasil. Mas temos de falar a verdade: infelizmente, esta Casa, por dois momentos, votou pensando muito mais nos ganhos pessoais de alguns deputados, como emendas e cargos no governo, do que na população. Não podemos mais admitir isso. Temos de mudar o formato legislativo no Brasil. Aliás, o erro está em todos os Poderes. Está errado no MDB, com Michel Temer, e no PT, aqui em Minas. Temos de falar com clareza. E o erro não é de agora. Os governos passados também erraram, porque esse aumento já vem de muito tempo. Então, o governo passado, do PSDB, errou; o governo do PT errou e, agora, o governo do MDB vem errando. Temos de dar crédito é para o empresário. Quando baixarmos a alíquota de impostos, vamos arrecadar mais. A concepção tem de ser esta: temos de ajudar o empresário do Brasil, para que ele possa empregar, gerar impostos e, automaticamente, segurar as políticas públicas do Estado e do Brasil. A concepção está invertida. Portanto, deputados, no momento em que chegarem a esta Casa mais projetos de

aumento de impostos, votarei contrariamente e espero que os demais deputados entendam que a finalidade do nosso voto é ajudar a população. Assim, que todos votemos contrariamente ao aumento de impostos, porque já pagamos uma carga tributária muito alta – a maior do Brasil – e não merecemos isso. Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.211/2018

Dá nova redação ao § 20 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O §20 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 – (...)

§ 20 – Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento, a reduzir para até 0% (zero por cento) a carga tributária nas operações internas com laje pré-moldada, tijolos cerâmicos, blocos de concreto, tijoleiras (peças ocas para tetos e pavimentos) de cerâmica, tapa-vistas (complemento de tijoleira) de cerâmica, manilhas e conexões cerâmicas, telhas, areia, brita e painéis de concreto envelopado com o emprego de rejeito de minério de ferro".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2018.

Deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Justificação: Minas Gerais é o principal estado minerador do País. Destaca-se na produção de ferro, ouro, zinco, nióbio, fosfato, calcário, gemas, alumínio, níquel, manganês, granito e água mineral e é o único produtor nacional de grafita e chumbo. Na extração desses minerais, são gerados resíduos sólidos de extração (estéril) e resíduos do beneficiamento do minério (rejeitos).

Com desenvolvimento tecnológico do setor, tem-se conseguido explorar substâncias com cada vez mais baixo teor mineral, o que vem resultando no aumento da geração de rejeitos, com cada vez menor granulometria. No País, os rejeitos são dispostos principalmente em barragens e diques de contenção que, se não controlados adequadamente, podem representar riscos à integridade do meio ambiente.

Buscando atenuar os impactos ambientais dessa problema, pesquisadores e empresas vêm trabalhando em projetos para transformar rejeitos da mineração em matéria-prima para uso na construção civil. De iniciativas como essas se originam os projetos de utilização desses rejeitos na fabricação de tijolos, telhas, painéis de concreto, etc.

Com a proposição que ora apresentamos, pretendemos incentivar e fortalecer essas iniciativas e, com isso, fomentar seu desenvolvimento tecnológico – o que, a longo prazo, deve contribuir para a redução do passivo ambiental relacionado aos rejeitos da atividade minerária no Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.212/2018

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Mathias Lobato e Região, com sede no Município de Matias Lobato.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Mathias Lobato e Região, com sede no Município de Matias Lobato.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2018.

Deputado André Quintão, Líder do Bloco Minas Melhor (PT).

Justificação: Trata-se de uma entidade dedicada à Limpeza Urbana Municipal que tem realizado trabalho de conscientização ambiental, tais como: Reuniões com associações, sindicatos, empreendimentos, visita a famílias entregando panfletos educativos, além da coleta seletiva feita no comércio e residências.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.213/2018

Reconhece como a "Cidade das Chitas", o Município de Alvinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como a "Cidade das Chitas", o Município de Alvinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2018.

Deputada Ione Pinheiro – DEM

Justificação: Chita: tecido brasileiro presente em inúmeras festas folclóricas, nos trajes, nos arranjos e adereços. A chita tem uma de suas raízes na cidade de Alvinópolis em Minas Gerais, onde está a fábrica mais antiga do país.

Alvinópolis fica a 163 km de Belo Horizonte e está situada na Região Central/Leste do Estado. Devido sua localização e importância nas rotas dos antigos tropeiros, o município está incluído no roteiro turístico da Estrada Real. Com cerca de 15 mil habitantes, é uma típica cidade de Minas, com casario histórico bem preservado, com tradições folclóricas e religiosas ativas como o Congado, uma tradição fortíssima na cidade e preservada em sua origem desde a criação do município no século XIX.

Breve história:

No final do século XVII foi encontrado ouro no Rio Gualaxo. Com a descoberta começaram a vir pessoas de outras localidades para explorarem o precioso metal. Um desses foi o sertanista Paulo Moreira da Silva, que adquiriu uma fazenda próximo ao Rio do Peixe, um lugar com solo e terras bastante férteis. A partir de 1830, nesta mesma fazenda, começou a se formar um arraial onde seus moradores se dedicavam a produção agrícola e esta produção abastecia as cidades de Mariana e Ouro Preto. Em 1832, o arraial passou a chamar-se de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira. Em 1745, no arraial, começa a construção da capela em honra a Nossa Senhora do Rosário e em 5 de fevereiro de 1891, é reconhecida como cidade. O nome da cidade passou a ser Alvinópolis em homenagem a Cesário Alvim, ex-governador do Estado.

Fabril Mascarenhas:

Em 14 de junho de 1887 foi inaugurada próxima a fazenda Paulo Moreira, uma pequena fábrica de tecidos. Em 1901 a pequena fábrica foi arrendada por um grupo do setor têxtil da época, sendo adquirida em definitivo em 1912, passando a denominar-se Companhia Fabril Mascarenhas. Ao longo desses mais de 100 anos em atividade, a empresa se modernizou, ampliando seu campo de ação com aquisição do controle acionário da Monferrari Ltda e da Industrial Policena Mascarenhas S.A, no início dos anos 80. Além disso a empresa possui três usinas hidrelétricas em Dom Silvério MG e em Alvinópolis MG, garantindo uma enorme economia de energia elétrica.

A fábrica sempre passa por processos de modernização e atualização mas mantendo o que tem de mais valor que é a tradição e qualidade dos tecidos de seus produtos, que são cretones para roupas de cama, popelines para vestuário adulto e infantil, tecido para decoração, cama, mesa e fraldas. O produto mais famoso da empresa é o tecido de Chita. A empresa gera em torno de 400 empregos diretos.

Tecidos de Chita é a principal produção da fábrica Fabril Mascarenhas, o que torna a cidade de Alvinópolis, a Cidade das Chitas. Vem se tornando tradicional na cidade a Festchita, geralmente no mês de junho, onde artesãos mostram seus trabalhos usando o famoso tecido, bem como a própria empresa Fabril Mascarenhas, mostra seus produtos nos 3 dias de festa.

O evento é marcado por concurso e desfile de beleza, onde garotas da cidade desfilam com vestidos de chita.

Chita vem do sânscrito "chintz". É um tecido estampado de origem indiana que surgiu entre os séculos XV e XVI conquistando os europeus por suas cores vivas, intensas e cintilantes do pano.

Quando chegou ao Brasil, por volta de 1800, o tecido passou por várias melhorias até chegar ao que temos hoje. Com a produção do tecido no Brasil, o custo para o consumidor baixou muito. Com o preço mais baixo, logo se popularizou, sendo o mais importante tecido do século XX, principalmente entre as camadas mais simples da sociedade, considerado uma identidade nacional de tão popular que era.

Esse tecido hoje é muito usado em festas populares, como Reinados e Festas Juninas. É usado também como decoração de ambientes e nas artes.

A cidade vive em função da chita e a festa cresce a cada ano, especialmente porque a chita voltou a entrar no foco dos designers de moda e decoração.

Para que possamos dar o devido reconhecimento e resgatar a nossa valorosa cultura, acreditamos na aprovação deste projeto, juntamente aos nobres colegas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.970/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer sejam encaminhados à Comissão de Assuntos Carcerários da OAB-MG, à Defensoria Pública-Geral, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Vara de Execuções Penais da Comarca de Igarapé as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater as condições de funcionamento do Presídio de São Joaquim de Bicas 2, e pedido de providências relativamente às diversas denúncias apresentadas.

Nº 10.972/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações consubstanciadas nos estudos técnicos e jurídicos que embasaram a extinção de postos de trabalho dos cobradores de ônibus do transporte coletivo metropolitano e municipal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.973/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans – pedido de informações consubstanciadas nos estudos técnicos e jurídicos que

embasaram a extinção de postos de trabalho dos cobradores de ônibus do transporte coletivo metropolitano e municipal. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.974/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que, com a VLI Logística, empresa que administra a malha da Ferrovia Centro Atlântica, seja intensificada a limpeza do lixo armazenado ao longo da linha férrea nos bairros da região Oeste de Belo Horizonte, particularmente no trecho entre o Bairro Novas Cintra e a Av. Tereza Cristina. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.975/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – pedido de providências para que seja intensificada a limpeza do lixo armazenado ao longo da linha férrea nos bairros da região Oeste de Belo Horizonte, particularmente no trecho entre o Bairro Nova Cintra e a Av. Tereza Cristina. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.976/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 9º Batalhão de Policiamento Especializado, pela atuação na ocorrência, em 19/5/2018, em Uberlândia, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e material explosivo e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.977/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 53ª Batalhão de Polícia Militar e no 9º Batalhão de Policiamento Especializado, pela atuação na ocorrência, em 23/5/2018, em Araguari, que resultou na apreensão de 5kg de maconha e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 10.971/2018

Do deputado Sargento Rodrigues em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 18/5/2018, em Pedro Leopoldo, que resultou na prisão de cinco suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas, bem como na apreensão de mais de 500kg de maconha, além de uma arma e três veículos.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Gustavo Santana.

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Obrigado, presidente. Fui procurado hoje por representantes de 50 mil mutuários da Cohab-MG. Realmente, este governo não tem limites! Por força de lei federal, a pessoa de baixa renda que tem uma casa popular financiada e todo mês paga à Cohab também tem de pagar mensalmente um seguro para o caso de morte ou invalidez. Mas, pasmem, desde 2017 o governo do Estado cobra o seguro da pessoa de baixa renda, mutuação da Cohab, que mora em uma casa popular, mas não repassa o dinheiro para as seguradoras. Mais um escândalo deste governo. Há muitas mortes, mas as famílias não recebem porque as seguradoras não têm responsabilidade de pagamento, se o governo do Estado não lhes repassa o dinheiro do mutuário. Há muitas pessoas inválidas que não estão recebendo o seu dinheiro também, porque o governo do Estado confiscou o dinheiro dessas famílias pobres. O governo do PT meteu a mão no dinheiro de 50 mil famílias pobres e colocou no caixa único do Estado. A gente imaginava que era só o Promorar, dos policiais militares e dos bombeiros. Não, agora, o governo do Estado cobra um seguro de invalidez e morte das famílias pobres de Minas Gerais que têm financiamento com a Cohab e mete esse dinheiro no caixa único do Estado. É um escândalo! Este é o governo que fala que governa para os pobres, que faz para os pobres! Está metendo a mão no bolso dos pobres. De

peças mortas, cuja família quer receber aquilo que pagou com muita dificuldade, e o governo confiscou esse dinheiro! O meu gabinete não para de receber denúncias contra este governo, dos 50 mil mutuários. É uma vergonha o que está sendo feito: pegar dinheiro de seguro de famílias pobres, de pessoas que morreram, de pessoas inválidas! As famílias não têm dinheiro, porque o governo do Estado o meteu no bolso, meteu no caixa único do Estado. Para pagar a quem? Deputado Antônio Jorge, não sei o que vamos fazer mais. Não tem limite para este governo! Não tem limite. Este governo desrespeita tudo e todos, e ainda temos de ouvir aqui o deputado falando sobre aumento de impostos, que este governo aumentou impostos. Mas fala do governo passado. Ora, se este governo aumentou impostos, é porque no governo passado o imposto era mais baixo. É simples assim, é só fazer a conta. Mas, além de aumentar impostos e impor essa carga pesada à população de Minas Gerais, estão tirando dos pobres o dinheiro da possibilidade. Se uma pessoa morrer, a família não vai receber o seguro que essa pessoa pagou. Isso é confisco. A gente lembra aquela ladainha do Collor, que confiscou o dinheiro dos brasileiros, com muita gente se suicidando. E agora o PT confisca o dinheiro dos pobres em Minas Gerais, dos mutuários da Cohab, de 50 mil pessoas que pagaram o seguro. O PT está metendo a mão no dinheiro dessas pessoas. É um verdadeiro escândalo em Minas Gerais. Onde a gente puxa um fio acha um escândalo do governo do PT, lamentavelmente. E esse aqui lesa a Pátria, os pobres, as pessoas que não têm nem defesa. Eles recorreram ao Parlamento. Caminharam pela Assembleia Legislativa tentando obter ajuda de alguma comissão dos direitos da pessoa e chegaram lá, no meu gabinete, para pedir ajuda, para ver se a família daquela pessoa que morreu e que pagou tem a possibilidade de ter o seu dinheiro de volta, porque é para isso que existe o seguro. Mais uma, lamentavelmente, deste governo que está punindo a população de Minas Gerais e punindo os brasileiros.

O deputado Noraldino Júnior – Cumprimento o Sr. presidente, os deputados presentes e os telespectadores da TV Assembleia. Sr. Presidente, quero chamar a atenção para um assunto de extrema importância e acredito que esta Assembleia não pode se furtar a discuti-lo em um momento tão delicado da economia nacional e da economia do nosso Estado. Refiro-me à autorização da Aneel para o aumento das contas de energia. O Estado de Minas Gerais sofrerá um grande impacto, com aumentos que vão chegar a 35% para o setor produtivo e 18% para os consumidores, deputados Antônio Jorge e Bosco. Falo isso porque quero chamar todos os deputados para discutirmos esse assunto. Será que a paralisação e a movimentação que tomaram conta do Brasil inteiro e de todo setor produtivo da nossa nação não estão sendo feitas a fim de parar esse absurdo? Sabemos, presidente Lafayette de Andrada, que todos nós temos instrumentos para não deixar que esse absurdo chegue às contas de luz dos mineiros. São 18%, deputado Lafayette de Andrada. Ora, quem aguenta pagar 18,5% de aumento? Qual dona de casa consegue pagar esse aumento? Qual empresário consegue pagar, deputado Bosco, um aumento de quase 35%? É querer que as empresas fechem. Na verdade, temos de nos mobilizar junto ao governo do Estado e a quem quer que seja, presidente, e não deixar esse aumento acontecer. Vamos nos mobilizar. Nós, deputados, não podemos ficar calados diante desse absurdo, que vai impactar diretamente a vida de todos os mineiros, das pessoas que não vão conseguir pagar esse aumento. Inevitavelmente elas terão suas instalações de energia cortadas ou terão de abrir mão de outros gastos em suas casas, até com alimentação, para manterem a energia elétrica. E, para os empreendedores do setor produtivo, quantos empregos serão atingidos por esse aumento, causando o desemprego? Então, quero conchamar os deputados, Sr. Presidente, para, se possível, fazermos uma reunião para discutir quais instrumentos podemos utilizar para não permitirmos que esse aumento chegue ao bolso do cidadão, tão lesado por todas essas mazelas políticas em âmbito estadual, em âmbito federal, em âmbito municipal. Há desperdício dos recursos públicos, recursos muitas vezes mal aplicados, e quem tem de pagar a conta no final de tudo é o cidadão, é o empreendedor, é o gerador de empregos. Presidente Lafayette de Andrada, tenho certeza de que V. Exa. é um deputado muito atuante e tem essa preocupação com o cidadão mineiro. Por essa razão, peço-lhe que possamos nos unir neste momento tão difícil por que passa a população, dando apoio não só aos caminhoneiros, porque essa greve não é só deles, é do Brasil. Não suportamos mais essa realidade. Também não vamos deixar que isso aconteça com a nossa iluminação, com a energia no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas considerações.

O deputado Bosco – Sr. Presidente, da mesma forma como vários companheiros deputados e deputadas já se manifestaram nesta Assembleia, também quero fazer uma manifestação em solidariedade a toda a classe dos caminhoneiros de Minas Gerais e do Brasil. Estamos presenciando uma das maiores paralisações de caminhoneiros em todo o Estado de Minas Gerais e em todo o Brasil. Sabemos que essa paralisação, que esse movimento é justo e necessário, porque, graças a essa classe, graças aos caminhoneiros, temos condições de escoar nossa produção, de transportar nossos alimentos e as matérias-primas essenciais para nossas indústrias. Sabemos que essa classe, por muitos e muitos anos, vem pagando um preço alto para prestar esse serviço tão relevante para o crescimento e o desenvolvimento de nosso país. É por essa classe que nós, tanto lideranças da Assembleia de Minas Gerais quanto governos do Estado e do Brasil, temos de realmente rever toda essa situação da tributação que hoje pesa sobre o combustível, seja a gasolina, seja o álcool, seja o diesel. Portanto, quero manifestar nosso apoio a essa classe, em face dessa paralisação, que tem causado transtorno, sim, mas um transtorno que, com certeza, vai chamar a atenção principalmente de Brasília, do governo federal, para que haja um entendimento e um movimento em prol dos caminhoneiros. Não é possível mais ver esses profissionais enfrentando as péssimas estradas Brasil afora. Isso causa transtorno, desgaste e muitas vezes quebra e danifica os seus veículos, tendo eles que arcar com a manutenção caríssima dos caminhões. Cabe ao governo, sobretudo ao governo federal, tomar as providências necessárias, em conjunto com os estados, para termos uma resposta positiva, ou seja, uma redução significativa nos impostos dos combustíveis. Sabemos que a classe dos caminhoneiros tem feito esse manifesto, nos últimos dias, de forma ordeira. Não temos conhecimento, não temos nenhuma notícia de que haja baderna, quebradeira e prejuízos ao patrimônio público, ou seja, a rodovias e à sinalização. Portanto, quero render minhas homenagens a todos os caminhoneiros, em especial aos de Minas Gerais, e dizer que estamos à disposição para, numa ação conjunta, começarmos um movimento por Minas Gerais e fazer com que o governo federal seja mais sensível. E que não venha a Petrobras, presidente e caros deputados, dizer, apenas para amenizar a situação ou querendo acabar com esse movimento, que vai congelar o preço do combustível por 15 dias. Ora, isso é uma balela, não resolve a situação dos caminhoneiros e não resolve a situação do desenvolvimento neste país. Os caminhoneiros e o Brasil precisam e merecem muito mais que isso. Redução já dos tributos e dos impostos no combustível para que o Brasil volte a crescer! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia – Presidente, acabo de aprovar um requerimento na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para debater os reflexos da política de preço e da produção da Petrobras na economia e na sociedade mineira, para podermos, em audiência pública, fazer uma abordagem mais aprofundada dessa nova política de preços da empresa. A Petrobras é a responsável pelo aumento dos preços. Por mais que se tenha aqui guerra de partidos etc. é óbvio que já é o 12º aumento que aquela empresa anuncia em menos de um mês. Ela elevou agora o preço da gasolina para R\$5,00 e também o preço do óleo diesel. Já há um tensionamento, há muito tempo, para que ocorresse essa nova política de preços da Petrobras. Agora que o Pedro Parente assumiu a direção da empresa, ele colocou em prática essa pressão que vinha do tal mercado. O mercado quer o ajuste, conforme o ajuste internacional de preços. E o Pedro Parente, que já tem essa ideologia neoliberal entranhada e a defende há muito tempo, resolveu colocar em prática o alinhamento internacional do preço do petróleo. Eu recuperei uma reportagem de setembro de 2014, quando havia uma pressão para que a presidenta Dilma equiparasse o preço da gasolina ao mercado internacional. E a presidenta Dilma dizia na época ser inviável pagar um preço pelo combustível com base nos custos nacionais e, ao mesmo tempo, associá-lo ao mercado internacional. E se negou, portanto, a aplicar os aumentos para gasolina, diesel e álcool, conforme gostaria o tal mercado, conforme é aplicado no mercado internacional. Então, em 2014, a presidenta Dilma se negou a aplicar na Petrobras a política que Pedro Parente faz hoje. Ao aplicar essa política de preço, estamos vendo a gasolina subir às alturas. É impressionante, o Brasil se transformou, repentinamente, em dois anos de governo Temer, em dois anos de golpe, em um caos estabelecido. É impressionante como em 2 anos o Brasil está retrocedendo 20. Bem que o *slogan* do Temer anunciava isso, 2 anos em 20. Ou melhor, 20 anos voltando atrás em apenas 2 anos do governo Temer. Hoje é um governo ultrarrejeitado, e evidentemente gerou uma revolta. Não é para menos. A gasolina hoje é a 3ª mais cara na América Latina. Na América do Sul, está cotada a R\$2,49, no Paraguai, a US\$1,61, no Uruguai, a US\$1,30, no Chile; na parte inferior da tabela estão Equador, com o custo de US\$0,39, Bolívia, US\$0,54 e Venezuela, US\$0,01.

Portanto, temos no Brasil o preço mais alto da gasolina de toda a América Latina, não apenas América do Sul. É claro que isso vai aprofundar enquanto Pedro Parente estiver lá aumentando o preço diariamente. Por isso os caminhoneiros não querem a política de congelar por 15 dias o preço, para depois a Petrobras voltar a aplicar o preço internacional do petróleo. Isso não vai dar certo, ou seja, se aumentar o preço internacional do petróleo há aumento da gasolina, do gás de cozinha etc. Com isso o Brasil tensiona a inflação para cima, o dólar aumenta – eu disse isso na tribuna ontem –, e ao acontecer isso o governo combate a inflação decorrente, evidentemente, com um aumento na taxa de juros, que agrava a recessão econômica e o desemprego no Brasil. A política econômica do governo Temer está completamente equivocada e, se continuar, o Brasil vai para o buraco, pois já está indo ladeira abaixo. Então, ao aprovar esse requerimento, estou querendo fazer uma discussão mais aprofundada e vim aqui comunicar aos deputados que foi aprovado na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social um requerimento de audiência pública para debater os reflexos da política de preço para os trabalhadores e também a produção da Petrobras na economia. Era essa questão de ordem que queria fazer, para anunciar essa audiência pública, e já tentarei ver com o deputado Celinho do Sinttrocel, presidente, se na semana que vem seria possível fazer um grande debate mais aprofundado dessa questão. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, tem horas que ficamos estarecidos ao ouvir alguns pronunciamentos de determinados deputados desta Casa, pois parecem que não estão no Estado de Minas Gerais. Fernando Pimentel, do PT, é campeão do impostômetro, sob todos os aspectos. Com relação ao imposto propriamente dito, Fernando Pimentel assinou, Sr. Presidente, em uma única canetada, um decreto aumentando a alíquota de 12% para 18% de mais de 180 produtos extremamente necessários para o cidadão, para a senhora, para o senhor, para a mãe de família, para o estudante, tais como material escolar, material de construção, remédio para os idosos, etc. Aumentou, por decreto, a alíquota de ICMS de 12% para 18%, o que significa, presidente, que aumentou em 50% essa alíquota. Há alguns deputados aqui que parecem ser deputados federais, pensam que estão em Brasília, pois só se lembram do Temer, só se lembram lá de cima, e se esquecem de olhar para o próprio Estado, onde têm competência como legisladores; por sinal, presidente, votaram o aumento da alíquota do ICMS do álcool, da gasolina, bem como do IPVA aqui no Estado de Minas Gerais, com as bênçãos do Fernando Pimentel, do PT. Alguns ficam aqui alardeando a autorização da Aneel. Ontem ouvi aqui uma bobagem muito grande, como se a Aneel, presidente, tivesse aumentado a energia elétrica em Minas Gerais. Vejam, a Aneel é uma agência reguladora. Quem pediu aumento aqui em Minas Gerais foi a Cemig, que é uma empresa estatal controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais, cujo governador é Fernando Pimentel. Isso porque o Estado de Minas Gerais possui a maior parte das ações dessa empresa. Então, o governo do PT em Minas Gerais está castigando a população com aumento de impostos de todas as naturezas. Aumentou a energia elétrica de forma, diria, astronômica. Esse aumento de agora foi feito a pedido da Cemig, do governo do Estado. Aumentou a alíquota do ICMS do álcool, da gasolina, bem como o IPVA. Há deputado aqui, presidente, que votou esses aumentos todos e agora vem falar da Petrobras. Aí é simplesmente querer zombar da inteligência do cidadão, do eleitor que acompanha os trabalhos aqui e pela TV Assembleia. Há uma lista de deputados, publicada pela Associação Mineira de Rádio e Televisão – Amirt –, que está circulando por aí. É só entrar no Google e ver que houve aumento de impostos. Pimentel é campeão. Agora, ele não é só campeão em aumentar impostos em Minas Gerais com o apoio da sua base aqui; é campeão também em gastar mal o dinheiro público. Gastou apenas com fretamento de jatos R\$3.500.000,00. Foram R\$3.500.000,00 gastos com fretamento de jatos em três anos, e dizia que não tinha dinheiro. Esse é o mesmo governador que gastou R\$900.000,00 para abastecer as despensas do palácio com salmão, lagosta, camarão GGG, vinhos chileno e argentino. Isso é zombar da inteligência do cidadão. É um governador que não estabelece prioridades, que não destina o dinheiro para os mais necessitados, mas vive a chamada esquerda caviar no palácio. É um governador que mandou buscar de helicóptero, gastando apenas com essa ação quase R\$40.000,00, o seu filho em uma festa de *réveillon*. Buscou-o num condomínio de luxo, Escarpas do Lago, na cidade Capitólio. Esse é o governador. Voraz nos impostos. Aumentou o IPVA, o imposto do álcool, da gasolina e de mais de 180 produtos. E foi a Cemig, comandada pelo governador Fernando Pimentel, que pediu esse aumento escandaloso para os mineiros. Escandaloso! Quem pede o aumento é a Cemig. Quem vai regular e conceder é a Aneel, presidente.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, quero aproveitar a fala do deputado Sargento Rodrigues para dizer aos deputados que eles têm de tomar cuidado com o que falam aqui. Recebi um telefonema agora mesmo do ex-vereador de Tupaciguara, o Kundum, que estava muito nervoso e bravo. Ele disse: “Gente, tem deputado indo falar do problema da gasolina, mas votou o aumento do ICMS, de 24% para 31%”. O eleitor hoje está muito vivo. Há uma lista feita na hora. Ele puxa a lista de votação aqui. Ele clama por isso. Tem de tomar cuidado, porque hoje ninguém faz mais ninguém de bobo. Na verdade, fica o alerta para isso. Votei contra esses aumentos. E o Pimentel, realmente... Fiz duas audiências sobre esses assuntos, e a primeira foi a dos combustíveis. Veio aqui o nosso defensor nacional dos consumidores na Aneel. Qual é o problema da energia elétrica? É que estão fazendo uma revisão tarifária dos cinco últimos anos. Isso ainda é o efeito Dilma Rousseff. A medida provisória que autorizou a Aneel a aumentar a energia em 18% para os consumidores e trinta e tantos para a indústria – parece que foram 34%, 35% para indústria – era uma medida provisória do sistema elétrico que hoje é lei, feita por Dilma Rousseff, aquela que faliu e quebrou o sistema elétrico brasileiro. A revisão que a Cemig está tendo é dos últimos cinco anos. A Cemig pediu essa revisão e tem de pedir. Ela é obrigada, é responsável por isso. Ela tem sócios privados, tem sócio estatal. Portanto, a Cemig tem de fazer o pedido de revisão. E o cálculo do valor da revisão a que ela tem direito é da lei da Sra. Dilma Rousseff, é a medida provisória que comanda e organiza o sistema elétrico brasileiro. Isso é mais uma herança dela, assim como o combustível, que ficou sem aumento, ficou represado. Há governadores loucos, como o Pimentel, que subiu o ICMS da gasolina, subiu o ICMS do álcool, subiu o ICMS de todas as atividades, como, por exemplo, da energia elétrica, que teve dois aumentos: de 24% para 31% e de 17% para 27%. Isso é uma loucura. O próprio governador do Estado deu os dois aumentos. Qual é a minha birra com o PT? O PT tem de entender isso. Quando o sujeito vai fazendo anos de desgoverno... Vai levar 20 anos para se acertar essa “catralha” de mau governo desses 14 anos do PT. Vinte anos para a frente. Vejam o caos que está aí. Hoje, um litro de gasolina... Há uma audiência na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte... Bom, 50%, quarenta e nove ponto qualquer coisa, de cada litro... A gasolina sai da Petrobras a R\$2,08. Quando jogam os impostos – ICMS, PIS, Cofins –, a margem da distribuidora e a margem do posto de gasolina, ela vai para quatro e tanto. Vejam a loucura que estão fazendo. O sistema elétrico de produção de energia está quebrado. A distribuição, não. E o que acontece? Quem vai pagar essa conta? Nós: eu, a senhora e o senhor que está aí. Quem vai pagar isso? Porque nós somos a União, nós somos o Estado de Minas Gerais, nós somos o município onde moramos. A conta vai vir para cima de nós pelos 14 anos de desgoverno do PT. Essa é minha ira. Um mais um não são três. Segurar preço de gasolina para ganhar eleição em 2014, segurar preço de energia, baixar energia por decreto, isso tudo é possível? Não, isso gerou falência nos sistemas, gerou roubalheira e saque na Petrobras, que foi conduzida não para ser eficiente, não para ter eficiência. Os Correios dão prejuízo, a Petrobras dava prejuízo, tudo na mão do PT dava prejuízo. Tudo era o caos neste país. Esse pessoal é aquele que faz assim: pega sua casa própria e vende para viajar; pega dinheiro emprestado no banco e quando acaba o dinheiro do banco vai ao agiota; aí pega com os vizinhos. E vai levando aquilo, vai anunciando, anda em um carrão bonito, sai... Se você pergunta para onde está indo, responde: “Estou indo para a Europa”. A pessoa já não tem mais casa, está devendo aos bancos, mas está tudo bem. O barbudo tira o chapéu, põe o chapéu, faz discurso. A mulher fala um monte de asneiras, de baboseiras, e o trem vai quebrar lá na frente. Estou falando desde 2013: vai quebrar! Falava lá na Câmara Municipal de Uberlândia: vai quebrar! Vocês são irresponsáveis! Vocês vão levar 20 anos para arrumar o Brasil! Vocês vão quebrar o Estado! Vocês vão quebrar a Prefeitura de Uberlândia! Quebraram. Destruíram. Mas agora vão levar 20 anos para arrumar. E ninguém quer pagar a conta. Eu não quero. O caminhoneiro não quer. O povo não quer. Mas quem vai pagar a conta? Jesus Cristo? Então, saibam o que é este desgoverno. É por isso que eu fico doido, louco de ver o que fizeram com o Brasil. Destruíram o Brasil. Mas muita gente mamou na teta do PT nesses 14 anos. Menos eu! Nunca mamei na teta do PT. Tudo o que está acontecendo aí ainda é o efeito desses governos de Lula e Dilma. Ficaremos por 20 anos pagando conta desse povo. Com uma má administração da sua casa, você vai morar debaixo da ponte no final. Na verdade, o carrão será apreendido, as viagens acabarão, os agiotas vão querer matar você, o banco cortará o seu crédito e uma hora todos verão que você está debaixo da ponte. É o que brasileiro e nós estamos, depois de 14 anos desse governo... Ficam aqui o nosso protesto e a nossa revolta.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, quero pedir questão de ordem porque não há quórum para a continuidade da reunião. Portanto, peço o encerramento da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 25, às 19 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/3/2018

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mário Henrique Caixa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (28/10/2017); e dos Srs. Jarbas Barbosa de Silva Jr., diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (16/12/2017); e Rômulo de Carvalho Ferraz, procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional do Ministério Público de Minas Gerais (15/12/2017); e da Sra. Júlia Matos Frossard, promotora de Justiça de 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araçuaí (23/11/2017). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.713/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos irreparáveis causados pelo rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco Mineração S.A., aos animais domésticos e não domésticos que viviam nos municípios mineiros que foram atingidos pela lama, bem como as consequências causadas pelo desastre e as medidas mitigatórias e compensatórias adotadas pela Samarco Mineração S.A. desde o referido rompimento;

nº 10.866/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde de Divinópolis pedido de informações relativas à denúncia de irregularidades no transporte de quatro animais de rua que foram recolhidos por agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental – Crevisa – em 21/11/2017, bem como ao destino desses animais, tendo em vista que dois foram eutanasiados, especificando-se o motivo pelo qual os animais estavam sendo transportados de maneira irregular e os exames realizados nos animais que justificassem a eutanásia, com envio a esta Casa de cópias desses exames;

nº 10.867/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 12ª Promotoria de Justiça em Divinópolis pedido de providências com vistas à apuração do cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no referido município, tendo em vista denúncia de que agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental estavam transportando dois cães adultos e dois filhotes, amarrados por uma corda, na caçamba de um veículo, e de que os dois cães adultos foram eutanasiados no mesmo dia, sob a alegação de estarem doentes;

nº 10.868/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Bambuí pedido de informações sobre quais providências estão sendo tomadas pela prefeitura diante da iminência de soltura de 25 cães que estão abrigados em um terreno particular, que está sendo utilizado desde 2014 pela Associação dos Amigos e Defensores dos Animais de Bambuí e cuja reintegração de posse está sendo solicitada pelo proprietário;

nº 11.175/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo da falta de atendimento à população em casos de denúncias de maus-tratos contra animais;

nº 11.176/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao comandante da Polícia Civil de Minas Gerais em Rio Paranaíba pedido de informações sobre a condução das investigações dos supostos crimes de maus-tratos a animais ocorridos frequentemente nesse município;

nº 11.177/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários em Belo Horizonte pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, dez cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre;

nº 11.178/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, dez cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre;

nº 11.179/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna em Belo Horizonte pedido de informações sobre a morte de gatos no Bairro Gutierrez, especificando as medidas adotadas para coibir novos casos de envenenamento e as ações já implementadas para identificar o responsável pelo ato criminoso;

nº 11.190/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Belo pedido de providências com vistas a verificar o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no referido município, diante das denúncias de situação precária do canil municipal e de omissão do poder público no que diz respeito a recolhimento, identificação e esterilização de animais de rua;

nº 11.191/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte pedido de informações sobre o andamento do programa de controle ético-populacional dos animais do Parque Municipal Américo Renné Giannetti;

nº 11.192/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Rio Paranaíba pedido de providências para garantir o cumprimento das legislações estaduais de bem-estar e de proteção animal;

nº 11.233/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses pedido de informações sobre um suposto abandono de cães no Bairro Novo Horizonte, em Sabará, que, segundo imagens divulgadas nas redes sociais, teria sido feito por servidores da Prefeitura de Belo Horizonte;

nº 11.234/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia de Polícia Civil em Matutina pedido de informações sobre os casos de maus-tratos contra cães de rua nesse município, inclusive com denúncias de envenenamentos;

nº 11.281/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em São João del-Rei, pedido de providências com vistas a investigar os supostos casos de envenenamento de cães e gatos no Bairro Várzea, no Município de Ritópolis;

nº 11.282/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao delegado da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Ipatinga, pedido de informações sobre a instauração e o andamento de inquérito policial para apurar o suposto caso de maus-tratos contra oito cachorros filhotes, ocorrido em Braúnas, em 8/1/2018, no campo de futebol da Vila Nossa Senhora do Amparo;

nº 11.283/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Visconde do Rio Branco pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar um caso de maus-tratos contra um cachorro ocorrido em 21/2/2018;

nº 11.403/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça em Aiuruoca pedido de providências para que verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita;

nº 11.506/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil em Itaúna pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração de um suposto caso de maus-tratos contra um cavalo no Povoado Lopes, na zona rural do referido município;

nº 11.507/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Pouso Alegre pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração de suposto caso de maus-tratos contra um cavalo, em 12/3/2018, no referido município;

nº 11.508/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça em Januária pedido de providências para que verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita;

nº 11.509/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Piranga pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração dos casos de envenenamento de cães em situação de rua no referido município;

nº 11.522/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de proteção animal no Estado e as dificuldades enfrentadas por ativistas e organizações não governamentais de proteção animal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2018.

Noraldino Júnior, presidente – Duarte Bechir – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2018

Às 18h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iane Kestelman, presidente da Associação Brasileira de Deficit de Atenção – ABDA; Ana Christina Mageste Pimentel, presidente da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil Sede Minas Gerais; Odília Lima Fantoni de Almeida, pessoa com TDAH; Cinthia Madureira de Aguiar e Silva, mãe de pessoa com Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH –, e os Srs. José Raimundo Lippi, presidente da Academia Mineira de Medicina, e Christovão de Castro Xavier, neurologista infantil. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2018.

Paulo Guedes, presidente – Fred Costa – João Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/4/2018

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Gustavo Valadares (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC) e Ricardo Faria (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento dos seguintes *e-mails* encaminhados pelo Fale com as Comissões: de Maria Ambrosina Cardoso Maia, Nilzemar Ribeiro de Souza, João Pedro Pereira Barbosa e outros, professores da Uemg, em que solicitam a suspensão dos editais do processo seletivo simplificado em andamento pela Uemg, para que possam ser discutidos de forma transparente e com a participação da sociedade para definir qual é a melhor forma de fazer a universidade crescer; de José Aurélio Paschoal, em que tece considerações sobre os alunos do curso de medicina da cidade de Passos que são obrigados a voltar para casa e solicita que estes sejam ouvidos; e de Mateus Cupertino Rodrigues, bolsista de doutorado da Universidade Federal de Viçosa, em que tece considerações sobre os atrasos dos pagamentos aos bolsistas da Fapemig e solicita que esta comissão interceda para a solução concreta das dificuldades enfrentadas pelos bolsistas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.831/2017 (relator: deputado João Vítor Xavier), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.531 e 10.645/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.672/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários – Sucesu Minas – pelos 50 anos de sua fundação;

nº 11.674/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam regularizados os repasses dos recursos destinados a manutenção e custeio das escolas estaduais do Estado, cujas caixas escolares, até o momento, não receberam o valor de R\$ 22.000,00, referente ao ano de 2018.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.731/2018, do deputado Gustavo Valadares e da deputada Ione Pinheiro, em que requerem seja convidado o Sr. Wieland Silberschneider, secretário de Educação, a comparecer à comissão para prestar esclarecimentos sobre o concurso da Secretaria de Estado de Educação, realizado em 8/4/2018;

nº 11.732/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados para apresentar e debater o projeto e o aplicativo móvel Na Ponta do Lápis, elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado;

nº 11.733/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o repasse de recursos para aquisição de merenda escolar nas escolas estaduais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2018

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Antonio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 318/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade em virtude de redistribuição); 4.041/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira) e 4.261/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.424, 10.450, 10.656, 10.659 e 10.698/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

Roberto Andrade, presidente – Ivair Nogueira – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2018

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel, André Quintão e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/4/2018. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Requerimento nº 10.721/2018 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado André Quintão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.722/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.841/2018, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 394/2017, que dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2018.

André Quintão, presidente – Cristiano Silveira – João Vítor Xavier.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2018

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente,

deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de trabalho dos oficiais de justiça avaliadores do Estado, especialmente quanto à garantia de sua segurança e integridade física. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.790/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao chefe do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre os processos de habilitação da empresa Himni Sistemas e Soluções Eireli, CNPJ 09.194.793/0001-00, para todos os serviços prestados ao Detran, inclusive os credenciamentos para Empresas Operadoras de Tecnologia da Informação – ETI – e Empresa Credenciada para Vistoria de Veículos – ECV.

nº 11.865/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a HR Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda. pela conquista do Selo Resgata de Responsabilidade Social, concedido pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, a empresas que atuam em parceria com o sistema prisional oferecendo oportunidades de trabalho a detentos, dentro e fora do ambiente prisional.

nº 11.866/2018, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nomeação de perito para o IML de Guanhães.

nº 11.870/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para tornar sem efeito a Resolução Sesp nº 18, de 25 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normativas para o atendimento e tratamento da pessoa LGBT no âmbito do sistema socioeducativo do Estado.

nº 11.871/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam restabelecidos os convênios entre o IPSM e hospitais, clínicas e profissionais da área médica, laboratorial e odontológica, nos Municípios de Diamantina, Gouveia, Inimutaba, Curvelo, Corinto e Santo Hipólito.

nº 11.872/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à companhia de Polícia Militar sediada no Município de Caetanópolis.

nº 11.873/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à companhia de Polícia Militar sediada no Município de Paraopeba.

nº 11.874/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do pelotão de Polícia Militar sediado na cidade de Felixlândia, assim como a destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à unidade local.

nº 11.875/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a reforma do imóvel onde está sediado o destacamento da Polícia Militar no Município de Monjolos.

nº 11.876/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a substituição das viaturas do destacamento de Polícia Militar do Município de Santo Hipólito.

nº 11.877/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a reforma do imóvel onde está sediada a companhia de Polícia Militar no Município de Corinto.

nº 11.879/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a reforma do imóvel onde está sediado o batalhão de Polícia Militar no Município de Curvelo.

nº 11.880/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do destacamento de Polícia Militar sediado no Município de Inimutaba, assim como a destinação de novos coletes à prova de bala e viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à unidade local.

nº 11.881/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do destacamento de Polícia Militar sediado no Município de Presidente Juscelino, assim como a destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à unidade local.

nº 11.882/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a reforma do imóvel onde está sediado o pelotão da Polícia Militar no Município de Gouveia.

nº 11.883/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do destacamento da Polícia Militar sediado no Município de Datas, assim como a destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, à unidade local e a reforma do imóvel onde está sediado o referido destacamento.

nº 11.884/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do destacamento da Polícia Militar sediado no Município de Presidente Kubitschek, assim como a destinação de novos coletes à prova de balas, armamento longo e viaturas, com compartimento de segurança, à unidade local.

nº 11.886/2018, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada visita ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que seja discutido o impacto no trabalhador, no aposentado, no idoso e no pensionista das pequenas cidades de Minas em relação a decisão de se fechar 513 postos dos Correios no país.

nº 11.896/2018, do deputado Nozinho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública, ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais e à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para viabilizar a melhoria e intensificação da segurança no Município de Itabira e em seus arredores com ações integradas das polícias.

nº 11.907/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Ivair Nogueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a urgentíssima recomposição dos quadros de efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil em Betim, considerando-se a difícil situação por que passa o município no que se refere ao provimento da segurança pública à população.

nº 11.908/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Ivair Nogueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para proceder à imediata adequação logística das respectivas unidades de Betim, incluindo o fornecimento de combustível para o regular funcionamento das viaturas.

nº 11.909/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Ivair Nogueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que se comprometam definitivamente com a manutenção das 187ª e 188ª Companhias da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em Betim, com o uso suplementar de unidades móveis da PMMG nas respectivas regiões.

nº 11.910/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Ivair Nogueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a implementação e a atuação das guardas municipais, bem como sua integração com as forças policiais no Estado.

nº 11.911/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Ivair Nogueira e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para promover a nomeação dos cerca de 600 investigadores de polícia excedentes do concurso que se encontra em andamento e que ainda aguardam nomeação e para que, ao final da formação, parcela significativa dos novos investigadores seja destinada à 2ª Região de Segurança Pública, considerando-se, especialmente os altos índices de criminalidade verificados no Município de Betim.

nº 11.936/2018, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional pedido de informações sobre a unidade prisional localizada no Município de Almenara, especialmente o número de detentos, a capacidade máxima da referida unidade, o número de agentes penitenciários que lá desenvolvem suas funções e sobre a obediência das condições de cumprimento de pena estabelecidas na Lei Federal nº 7.210, de 1984.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça da 1ª Instância do Estado de Minas Gerais – Serjusmig; e os Srs. Alípio de Faria Braga, vice-presidente do Serjusmig; Emerson Mendes de Figueiredo, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais – Sindojus; Wagner de Jesus Ferreira, coordenador-geral do Sindicato dos Servidores da Justiça da 2ª Instância do Estado de Minas Gerais – Sinjus; e Pedro Gonçalves Braga; Wander da Costa Ribeiro; e Jonathan Porto Galdino, oficiais de justiça. A presidência concede a palavra ao deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2018

Às 10h12min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o aumento previsto da tarifa do metrô em Belo Horizonte, tendo em vista o percentual abusivo e a situação econômica por que

passa o país. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Margarida Salomão, deputada federal; Maria Luíza Machado Monteiro, subsecretária de Regulamentação de Transporte, representando o secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; e Annie Oviedo, representante do Movimento Tarifa Zero; e dos Srs. Paulo de Tarso Morais Filho, promotor de justiça de Defesa do Consumidor de Belo Horizonte; Romeu José Machado Neto, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais; e Gabriel de Brito Moreira, diretor de Grêmios da União Colegial de Minas Gerais, representando o presidente. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem a essa audiência, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

Doutor Jean Freire, presidente – Celinho do Sinttrocel – Cristiano da Silveira.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/5/2018

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o Cel. BM Marcus José Tibúrcio Lima, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e o Capitão BM Luiz Frederico Barreto Pascoal, tendo em vista a instauração de inquérito policial militar em face do 2º Sgt. BM Alexandre Rodrigues, por participar de reunião como cidadão e presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o 3º Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; e o Sgt. PM Michael André Santos, diretor de assuntos institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais – CSCS –, representando o presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19h30min do dia 28 de maio de 2018, destinada a homenagear o Indi – Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais – pelos 50 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 25 de maio de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência de convidados, debater as demandas das mulheres do campo, por ocasião do lançamento do livro *Mulheres de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra*, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2018.

Marília Campos, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 24/5/2018, a seguinte comunicação:

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento do Sr. Djalma de Miranda Batista, ocorrido em 17/12/2017, em Carlos Chagas. (– Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/5/2018

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; e imprensa, aproveitando a oportunidade, gostaria de tocar em dois assuntos que acho extremamente importantes. O primeiro refere-se a uma audiência proposta por nós para discutirmos a construção do hospital do câncer na cidade de Capelinha, no Vale do Jequitinhonha, que atenderá a uma demanda microrregional. Então, esse hospital atenderia cidades como Turmalina, Minas Novas, Aricanduva, Angelândia, Água Boa, Itamarandiba e vários outros municípios que hoje precisam encaminhar seus pacientes para serem tratados em Belo Horizonte. Estamos falando da distância de 700km que os pacientes do Vale do Jequitinhonha têm de percorrer para serem tratados aqui, em Belo Horizonte.

Um sofrimento que vocês podem imaginar – sofrimento do paciente, da família e dos acompanhantes. Esses pacientes, muitas vezes, vêm de ônibus; os que estão em estado mais grave são transportados em um carro pequeno do município, muitas vezes, em um táxi, porque os municípios não possuem uma ambulância nem um carro que transporte dignamente esses pacientes.

Houve, então, um apelo desses municípios, e nós realizamos essa audiência, em que estiveram presentes 13 deputados, todos unânimes em hipotecar apoio e solidariedade para a construção do hospital do câncer na cidade de Capelinha. Estiveram também presentes 11 prefeitos e mais de 100 vereadores.

Acho que esse encontro foi um marco para a Comissão de Saúde. É importante o governo do Estado ter acesso às informações desta reunião, meu caro deputado Dirceu, que brilhou muito a nossa audiência. Algumas providências, algumas ideias surgiram. A primeira delas foi a comissão preparar um documento e entregá-lo a cada partido político que tem candidatos a governador do Estado agora em 2018. Enviaremos o documento ao Sr. Fernando Pimentel, ao senador Anastasia, ao ex-prefeito

Marcio Lacerda, ao deputado federal Rodrigo Pacheco e aos demais candidatos, para que as sugestões possam constar no plano de governo de cada um. Eu me comprometi, como presidente da Comissão de Saúde, e levarei pessoalmente o documento. Acho essa ação extremamente importante. Os municípios já estão sofrendo com a falta de recursos. O governo federal não tem financiamento para a saúde pública no nosso país. Somos subfinanciados, perdemos para países como Bolívia, Venezuela e o próprio Paraguai em termos de renda *per capita*. É uma vergonha! O governo federal se omite totalmente em relação ao financiamento da saúde pública. O governo do Estado, como vemos, tem grandes dificuldades. Nenhum município de Minas Gerais tem a receber menos de R\$1.500.000,00 do governo estadual de repasse de recursos. Isso agrava todos os problemas.

Há pouco tempo foi prometida a implantação de um serviço de hemodinâmica na cidade de Minas Novas, mas já se passaram quatro anos e nada foi concluído; foi iniciada a construção de 10 leitos de CTI em Turmalina, mas ainda não foi concluída; há a questão da construção do hospital do câncer de Capelinha, cidade muito forte economicamente, que foi escolhida por sua situação geográfica. Vamos tomar as iniciativas, as providências e esperamos ter êxito nesse empreendimento. Essa é uma das mais legítimas aspirações do povo do Vale do Jequitinhonha.

O outro assunto de que vou tratar é do interesse de cada um dos deputados, independentemente de sua região. Convido todos a participarem da audiência da Comissão de Política Agropecuária, sob a coordenação do deputado Antonio Carlos Arantes, na próxima segunda-feira, às 10 horas. Na ocasião, vamos discutir uma preocupação muito grande relativa às invasões de terra por parte de movimentos sociais encabeçados e coordenados pelo MST. Eles estão invadindo as nossas terras. Já mobilizamos todo o Norte de Minas. Queremos contar aqui com a presença de mais de 200 proprietários rurais que estão sofrendo com a ameaça de invasão de terra, de fazendas produtivas. Eles estão ansiosos, temerosos. Esperamos que os deputados estejam presentes, viu, Tadeuzinho? A reunião será realizada na próxima segunda-feira, às 10 horas. Vamos manter uma posição firme, estabelecer uma trincheira contra essas invasões criminosas de fazendas produtivas por parte da turma do MST. Não é possível! As fazendas produzem!

Eu vi um vídeo hoje do MST chegando a uma fazenda e passando trator por cima das plantações, dos pés de laranja, e as pessoas, com a maior cara de pau, falaram: “Nem só de laranja nós podemos sobreviver, e temos de plantar”. Não estão plantando coisa nenhuma. É um movimento político, é um movimento de pressão em cima desses produtores rurais que seguram a balança comercial do País. Nós estamos vendo aí o comércio dando prejuízo, nós estamos vendo as indústrias que estão falidas. E o grande sustentáculo da balança comercial, do povo brasileiro é o agronegócio, são os negócios do campo.

Nós estaremos aqui, na próxima segunda-feira, para dizer “não”, para falar “basta de invadir terras produtivas”. Eu fiquei sabendo que a Comissão de Direitos Humanos fez uma reunião, e os nossos produtores rurais que fazem um movimento pacífico, que não têm arma na mão, que não têm enxada na mão, que não têm porrete na mão e não têm pedras nas mãos, os produtores rurais do Norte de Minas foram tachados de milícias armadas porque estavam defendendo o que é deles. E agora esse programa do governo federal e da secretaria de Estado que mexe com reforma agrária ameaçando a ocupação das margens do Rio São Francisco. Não é assim que se faz política, não. A política se faz com proposta. Nós temos que forçar o governo federal a implementar uma verdadeira reforma agrária.

O Inkra tem de dizer qual é a sua posição nessas reformas agrárias. Não é chegar perto de uma fazenda produtiva que está na mão da família por anos, por décadas, que tem o direito à terra e que tem o documento. E esses agitadores chegam, invadem a fazenda, destroem a fazenda, matam, sacrificam os rebanhos, o gado e ficam igual gafanhoto: invadem uma fazenda, depois, outra fazenda, estabelecendo verdadeiros núcleos, células de pressão contra os nossos fazendeiros, os nossos proprietários rurais.

Então, aquelas pessoas que não concordam com a falta de política do governo de não ter uma reforma agrária, as pessoas que não concordam com as invasões criminosas que estão ocorrendo em Minas Gerais devem se fazer presentes nesta reunião da próxima segunda-feira. Eu espero aqui mais de cem representantes do agronegócio do Norte de Minas, do Triângulo, do Sul de Minas

e de outras regiões para dizer que nós não aceitamos essas invasões e que nós vamos defender, custe o que custar, o direito à terra, o direito à propriedade.

Fica aí o nosso apelo, o nosso convite aos deputados, para que estejam presentes aqui, segunda-feira, dia 21, no auditório José Alencar, que leva o nome de um grande vice-presidente da República, para que a gente possa dizer, em alto e bom som: “Nas nossas fazendas, eles não vão entrar”. Nós queremos a garantia da polícia e a garantia da Justiça, e não, depois de invadir as terras, ter de pedir a restituição das terras, o direito às terras. Segunda-feira, dia 21, vai ser o marco, vai ser o dia em que nós vamos mostrar que Minas Gerais tem de reagir, vai reagir contra essas invasões criminosas que estão acontecendo lá na região Norte de Minas.

Eu espero que não tenha nenhum partido político por trás de tudo isso. Eu tenho certeza de que não. Tenho certeza de que não. Tenho certeza, Durval, de que o PT defende a propriedade, defende as fazendas produtivas e não vai incentivar isso.

Eu tenho certeza disso, nas invasões criminosas que estão acontecendo no Norte de Minas.

Com o maior prazer, eu escuto V. Exa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Antes de mais nada, deputado, a minha admiração por V. Exa. e o profundo respeito pela amizade que nós temos aqui, de seis mandatos parlamentares.

O deputado Carlos Pimenta* – É recíproco, Durval.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Quando V. Exa. diz que nenhum partido está por trás, eu não sei.

Só sei que o movimento dos sem-terra começou em Itaguaí, no Rio de Janeiro, com o apoio do ex-governador Leonel Brizola, do PDT. Hoje, no Sul do Brasil, muitas ocupações de terra são um direito, porque o próprio Supremo distingue invasão de ocupação – há voto de ministro do Supremo a esse respeito. E o PDT apoia a luta dos sem-terra no Sul do Brasil. Além disso, recentemente, em 2015, num congresso nacional do MST, que foi criado em 1985, entre os presidentes de partidos que estavam presentes e apoiando o movimento, estava o presidente Lupi. Ou seja, em 2015, quando o MST fez o aniversário de 30 anos, o presidente do PDT, Carlos Lupi, estava presente.

Quero deixar claro que sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social – esse é um ensinamento antigo dos santos padres da Patrística, no início da doutrina social da igreja. E quem estava no congresso realizado em 2015, por ocasião dos 30 anos de criação do MST, foi exatamente o presidente do partido de vossa excelência, Carlos Lupi, a quem admiro muito.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado. Entendo que o PDT apoia o que é legal. O PDT não apoia, nunca apoiou, nem vai apoiar a ilegalidade de invasões de propriedades produtivas. Quero deixar muito claro que não estamos falando contra o movimento dos sem terra, aquelas famílias que ficam esperando suas terras e efetivamente têm direito às terras devolutas. Em Minas, as terras devolutas do Estado estão nas mãos de grandes empresas que estão plantando sesmarias de eucaliptos. Por que não passar essas terras para o movimento legítimo das pessoas que querem trabalhar?

Mas dizer que o PDT apoia a invasão de terra, com a devida vênia e o devido respeito, é um engano de vossa excelência. O PDT respeita, sim, o direito à propriedade; respeita o direito à terra das pessoas que verdadeiramente querem trabalhar; e respeita uma reforma agrária que venha contemplá-las. Mas, em nenhum momento, o meu PDT, o PDT de Brizola, o PDT de Lupi vai apoiar a invasão de terras produtivas por pessoas que chegam ameaçando, invadem e destroem as terras e ficam esperando uma decisão da Justiça. “Sim” aos movimentos pacíficos, que têm ideologia e norte, e “não” a essa balbúrdia, a esses invasores criminosos que querem destruir a propriedade particular e invadir terras produtivas. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Gostaria de trazer ao conhecimento deste Plenário algo que ocorreu na sexta-feira da semana passada e que me deixou indignado. Eu estava numa reunião, numa plenária do polo do meu mandato, com 22 ou 23 cidades, no

Distrito de Realeza, em Manhuaçu. Ali, fui procurado por uma comissão de 15 moradores da cidade de Matipó, onde nasceu o deputado João Magalhães.

Qual foi a minha surpresa? As famílias que me procuraram disseram que 67 famílias estão com uma ordem de despejo de uma ação judicial que tramita há 70 anos na cidade de Matipó. O incrível dessa decisão tomada pelo juiz de Abre-Campo é que muitas das famílias já têm emissão de escritura dessa área desde 1972. A área é a mais variada possível – há desde casas mais simples, populares, até casas de pessoas com um poder aquisitivo maior. Há também um posto de gasolina, que é um comércio que está nessa reintegração de posse e que existe há mais de 50 anos na cidade de Matipó.

Queremos entender por que uma ação que não teria fundamentos legais nem para continuar, porque não houve uma ação de anulação das escrituras feitas em 1972, pode ter essa decisão agora? E o juiz determinou que, na próxima terça-feira, se cumpra o mandado de reintegração de posse. Segundo as famílias, há imóveis de R\$1.500.000,00 a R\$2.000.000,00. E o pseudodono, no seu beneplácito, se ofereceu para vender a área que já é do pessoal e está ocupada por uma módica prestação de R\$400,00 o metro quadrado.

Então, queremos hoje, mais do que nunca, dizer que os moradores desconfiam do último advogado. Agora entregaram a causa a um advogado de Ipatinga, que está buscando um sentido diferente para essa causa. Esse advogado protocolou hoje de manhã, no Tribunal de Justiça, o pedido de suspensão da reintegração de posse até que outros aspectos do processo sejam analisados. Queremos entender por que, com a posse do novo prefeito de Matipó, que tem se mostrado favorável ao seu pseudodono, o processo vem correndo de forma célere. Estou falando de um processo que demorou 70 anos. Então, a gente pergunta: qual o interesse do atual prefeito de Matipó em jogar na rua 67 famílias com a posse desde o final da década de 1940 e com documentos da propriedade dessa área emitidos em 1972?

Quero me solidarizar com as famílias e pedir prudência ao Judiciário neste momento, porque não pode parecer que o Judiciário esteja sendo parcial. Peço sensibilidade social ao Judiciário e, ao mesmo tempo, prudência à Polícia Militar. Porque, ouvi de uma senhora de mais de 70 anos, que disse, no desespero, que prefere a morte a perder a casa para onde foi quando ainda era criança: “Eu prefiro a morte. Eles só vão me tirar de lá morta”.

Penso que isso não pode ocorrer numa cidade do interior como Matipó e com um pseudodono, que é dono de grandes propriedades na cidade de Matipó, que não precisaria dessas propriedades. Mas hoje a sensibilidade precisa estar no Judiciário, para suspender esse despejo e não permitir que ele caminhe. Peço aos órgãos de imprensa presentes que estejam atentos a isso, porque essa é uma questão que merece o deslocamento da imprensa de Minas Gerais para ser uma defensora das causas sociais e a gente não permitir que isso aconteça em Matipó. Não podemos prolongar o drama dessas famílias de Matipó que lá estão, ocupando pacificamente a área.

É interessante, porque teve gente que me mostrou recibos de compra de 50, 60 anos atrás. Então nem é posse. Mostraram recibo de compra desses terrenos, que alguns guardaram. Pagam IPTU, impostos municipais referentes à área há mais de 50 anos. Por exemplo, teve um que me disse que, há 60 anos, paga imposto por essa área. Então, como agora serão despejados?

Acho que falta ao Judiciário um pouco de face humana e bom senso ao agilizar o julgamento de um processo de 70 anos do ano passado para este após a ação do prefeito. Talvez esteja querendo pagar financiamento de campanha, infelizmente.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2018

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, deputado João Leite, quero agradecer à assessoria de V. Exa. por nos trazer aqui algumas informações. Já era para eu ter ocupado a tribuna há mais tempo. Mas ontem,

infelizmente, não deu, pelo fato de a reunião da Comissão de Administração Pública ocorrer no mesmo horário em que eu estava inscrito para falar.

Queria aqui fazer repercutir, deputado João Leite... Pensei até em não fazer repercutir, pela insignificância do vereador de Alfenas, mas achei necessário, considerando, deputado João Leite, não o vereador, mas a Cb. Kátia Sastre, do Estado de São Paulo. O vereador Vagner de Moraes, de Alfenas, o Guinho do PT – não tinha de ser de outro partido ou, pelo menos, dessa corrente política, né? PT, PCdoB e Psol. Porque eles vivem no mundo da poesia, no mundo lírico, no mundo poético. O vereador disse que a Cb. Kátia Sastre não deveria ter reagido quando o assaltante, no Estado de São Paulo, abordou algumas mães e crianças na porta da escola. Ela estava indo buscar as duas filhas na porta da escola. O vereador demonstra na sua fala total desconhecimento da lei e ignora por completo a situação de violência e criminalidade que vive o país. Mas o vereador vai mais longe, pois diz que a cabo não tinha de reagir daquela maneira, que aquilo era uma violência e que ela não precisava ter desferido tiros contra o assassino.

Olha, queria dizer a esse vereador – com certeza, muito provavelmente, a nossa fala chegará ao conhecimento dele – que ele precisa conhecer um pouco mais do conceito, dentro do processo penal, de legítima defesa. Vereador Vagner de Moraes, Guinho do PT, entende-se por legítima defesa quem usa moderadamente os meios necessários para repelir atual ou injusta agressão, ou melhor, injusta agressão atual ou iminente. O fato caracteriza de forma perfeita a atuação da Cb. Kátia Sastre, da Polícia Militar de São Paulo, que foi irretocável do ponto de vista da ação policial. Ai, vereador, estou falando como policial militar da ativa, que esteve nas ruas combatendo o crime durante 15 anos, e na condição de advogado. A Cb. Kátia Sastre teve uma atuação irretocável e fez o que um bom policial deve fazer. Não deu tiro na perna. Não tem esse negócio de tiro na perna e no braço. Bandido e criminoso, como aquele indivíduo, que vem abordar mães na porta de uma escola para praticar roubo à mão armada – quem sabe isso poderia ter uma consequência muito mais grave –, tem de tomar tiro na testa. Esse é o lugar onde um policial preparado deve atirar. Parabéns, Cb. Kátia Sastre! Você foi brilhante e irretocável na ação policial. Agiu em legítima defesa de terceiros, das mães, das crianças e agiu em legítima defesa própria. É assim que determina o Código de Processo Penal brasileiro.

Enquanto existir esse tipo de criminoso e de vereador... Pasmem! O vereador já tem um perfil anterior. O vereador Vagner Tarcísio de Moraes, o Guinho do PT, teve de desembolsar R\$6.000,00 para uma indenização por danos morais ao Sgt. Alan Almeida, do Tático-Móvel daquela região.

Esse mesmo vereador é o que defendeu e foi autor do projeto de lei que aumentou os salários dos vereadores e do prefeito, em 2011, quando ele era presidente da Câmara. O salário do prefeito da cidade de Alfenas foi elevado em 20%, chegou a R\$19.000,00, maior do que o salário do governador Antonio Anastasia à época dos fatos. Esse é o vereador que foi à tribuna da câmara municipal criticar a atuação da Cb. Kátia. Eu não só apresentei aqui uma moção de aplauso, na Comissão de Segurança Pública, como também estou pedindo ao comandante-geral da Polícia Militar e ao governador para que ela seja promovida por ato de bravura. É isso que esperamos dos nossos policiais, é isso que a população espera, que a polícia seja a polícia de verdade, aquela que defende a população, que sabe o que está fazendo e que atue de forma correta, dentro dos manuais de policiamento. Sgt. Kátia, se Deus quiser, será Sgt. Kátia!

Cb. Kátia, parabéns! A senhora me representou naquele dia, enquanto policial. Queira Deus que todos os policiais brasileiros tivessem o tirocínio, a destreza e a ação irretocável da senhora. Meus parabéns e a minha continência de honra, com todo orgulho, à senhora. Esta é a primeira homenagem que faço à senhora.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado, aqui em Minas, a doutrina ensinada na Academia Militar é diferente, o tiro tem de ser para mobilização, e não letal. A orientação doutrinária da Academia Militar de Minas, na realidade, é essa. V. Exa. até poderia comentar sobre isso, porque conhece muito mais do que eu.

Estou tentando olhar aqui, talvez o Tribunal Regional Eleitoral tenha se enganado. Peguei aqui: Tribunal Regional Eleitoral, eleições 2016. E consta aqui prefeito eleito Luizinho, do PT, 41,09% dos votos. Na hora que a gente vê o nome dos 12 vereadores

eleitos, consta, do PT, o de Tani Rose, 13.013, que também não conheço – não conheço o Guinho –; Flausino, do PHS; João Carlos Tercetti, do PRP; Carlinhos Vardema, do PMDB; Kátia Goyatá, do PDT; Fábio da Oncologia, do PP; Edson da Distribuidora, do PR; Décio Paulino, do PR; Padre Waldemilson, do Pros; Tadeu Fernandes, do PTC; Dr. Batata, do PSB, e Dominginhos Eletricista, do PSB. Não consta aqui que tenha um vereador eleito lá, Guinho do PT. Talvez pode até ter sido alguma coisa... Mas aqui não consta que ele seja vereador na cidade de Alfenas.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao deputado Durval Ângelo. Vamos começar pela última fala dele. “14 de julho de 2011. Reajuste. Vereadores de Alfenas aumentam os próprios salários em 60%”. Vereadores de Alfenas aumentaram os próprios salários em 60%! Quando você pega aqui, os autores do projeto foram: o presidente da casa, Vagner de Moraes, Guinho; Jairinho e Enéias. Esses são os autores. Certamente compunham a Mesa da câmara municipal, porque é a Mesa que pode fazer isso. Tanto que, na época, ele era presidente da Câmara Municipal. Vereador, se o senhor não tem o que falar, não diga asneiras. Vá conhecer primeiro o que é o conceito de legítima defesa. Vou repetir para o senhor, quem sabe o senhor possa aprender um pouquinho mais sobre essa matéria. Quando a gente não sabe do assunto, a gente deve ficar calado, a gente não deve entrar em assuntos dos quais não temos o mínimo conhecimento para opinar sobre a matéria.

Eu sei o que é trocar tiro na rua com marginal, eu tive um patrulheiro que ficou paraplégico durante uma troca de tiros, eu sei como é a vida dele até hoje. E vem um vereador dizer que, primeiramente, o bandido tinha de atirar. Aí, depois que ela estivesse morta, como poderia reagir? E se ele matasse a mãe de uma criança ou a própria criança? A policial carregaria essa dor na consciência pelo resto da vida. Cb. Kátia Sastre, da Polícia Militar de São Paulo, a senhora nos deu uma alegria muito grande no dia 12 de maio, às vésperas do dia das mães – e a senhora é mãe de duas crianças. É assim que um policial deve agir, com destreza e temor.

Quero responder ao deputado Durval Ângelo antes que ele se ausente do Plenário. Obrigado pela atenção, deputado. Se a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, neste governo, estiver contrariando os ditames do Código de Processo Penal, está errada. Se bem que no comando atual da Polícia Militar haja dois gabinetes, são dois coroneis que passaram a vida inteira na administração, na burocracia e não conhecem a poeira das ruas, não conhecem o sereno da madrugada. Trocar tiros? Helbert Figueiró e André Leão? Aí é gozação! Deputado João Leite, para essa dupla de coronéis não há continência. E também os aliados e escudeiros do PT que vêm massacrando a tropa não sabem o que é área operacional e se esconderam atrás das mesas a vida inteira, nunca entraram numa troca de tiros! Mas é assim. Infelizmente, em 95% dos casos, quem se senta na mesa de comando são os burocratas, e não os operacionais.

Neste momento, acaba de nos chegar a informação, deputado Durval Ângelo, para clarear o aparte de V. Exa., de que esse vereador era suplente, mas acabaram de chamá-lo para compor o secretariado, e hoje ele é líder do governo na Câmara Municipal de Alfenas. É uma vergonha! O mais vergonhoso acontece quando ele palpita em matéria sobre a qual não tem conhecimento. O Código de Processo Penal é claro. A Cb. Kátia agiu com a mais perfeita atuação policial. Falo isso como policial militar, falo isso como detentor do conhecimento e do conceito do que se entende por legítima defesa. Queira Deus, queira a população brasileira que todos os policiais civis e militares do Brasil tenham o tirocinio, a tranquilidade, a destreza, a coragem e a atuação da Cb. Kátia. Ela foi perfeita. É um exemplo a ser seguido Brasil afora. Continuo aqui, deputado João Leite, fazendo as minhas honrosas continências à Cb. Kátia, policial que merece o nosso respeito, a nossa continência de honra por sua atuação. Espero que o governador do Estado de São Paulo e o comandante-geral da Polícia Militar promovam a Cb. Kátia imediatamente. Ela é merecedora de todos os elogios. Tenho a certeza de que no dia 13 de maio, domingo, todas as mães deste país estavam comemorando a bravura dessa mãe.

É uma satisfação saber que temos policiais militares com aquela altivez, aquela destreza. O que o vereador sabe muito é aumentar o próprio salário; ele conheceu isso quando votou pelo aumento de 60%.

Sr. Presidente, já que há poucos oradores inscritos, gostaria de fazer um último apelo a V. Exa., considerando os apartes que tive também. Enquanto temos a Cb. Kátia, temos aqui no Copom da Polícia Militar, a mando do governo do PT, o Ten.-Cel. Garrido, que está fazendo o maior terror no Centro Integrado de Comunicações Operacionais, o Cicop.

Esse tenente-coronel quer mudar a escala dos nossos colegas policiais, soldados, cabos, sargentos e oficiais do Copom. Hoje o Centro Integrado de Comunicações Operacionais – Cicop – daqui de Belo Horizonte tem um efetivo de 319 policiais; 100 são reconvocados ou estão de abono permanência. Mas parece que eles não se tocam.

Aí, o Ten.-Cel. Garrido, que acabou de chegar de Juiz de Fora, está achando que aqui é Juiz de Fora. Aqui, não! Aqui o senhor tem de pensar antes de tomar algumas decisões. Aportarei um requerimento para convidar o Ten.-Cel. Garrido a vir aqui prestar esclarecimento sobre essa mudança da escala. Cerca de 20, 30 cabos estão no Copom há 10 anos, exercendo a função de sargento. Ai o Comando da Polícia Militar do PT, em Minas Gerais, quer retirar os cabos da função de sargento. É atrocidade em cima de atrocidade. Não há nem um praça, nem um oficial satisfeito com o comando do Ten.-Cel. Garrido. Tenente-Coronel, aguarde-nos. A eleição está chegando, então o senhor deve ter um pouco mais de zelo e não atrapalhar o trabalho que está dando certo. Não faça isso. Não seja covarde com a sua tropa, pois acabou de assumir. Tenha um pouco mais de respeito por seus subordinados, tenha um pouco mais de conhecimento e psicologia no trato dos recursos humanos que estão sob o seu comando, porque hoje praças e oficiais do Copom estão extremamente revoltados com o senhor.

Presidente, já vou encerrar. Vamos convidar o senhor, Ten.-Cel. Garrido, para comparecer à Comissão de Segurança Pública, porque eu trabalhei nessa unidade por quatro anos como rádio-operador. Hoje o senhor quer retirar os cabos da condição de despachante e mandá-los para o teleatendimento. O senhor está diminuindo a função daqueles que estão prestando excelentes serviços à sociedade. E o senhor tem responsabilidade nesse cargo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Deputado Inácio Franco, presidente desta reunião da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados e Deputado Sargento Rodrigues, a pressão contra os policiais está produzindo algo que nos deixa muito preocupados. Alguns policiais trouxeram um relatório para mostrar a pressão de comandantes, e a pressão é mais ou menos assim: “Se não fizer, Espinosa é logo ali. Se não fizer, Unai é logo ali”. Eu nunca imaginei, na minha vida, que fosse ver um governo do PT com esse traço de ditador, de pressão, diante de uma atividade totalmente de risco, cujos servidores estão com armas nas mãos. Estamos vendo a situação de alguns policiais. Vimos suicídio de policiais. A pressão está grande, preocupante.

Mas eu queria, na verdade, ir na linha do discurso, da conferência, da palestra do senador Antonio Anastasia, na segunda-feira passada. O Prof. Anastasia tratou da reconstrução de Minas Gerais. Temos de reconstruir o nosso estado. E, pelo jeito, ele estava falando sério. Uma área que nos preocupa muito é a da segurança pública. Ontem mesmo foi aprovado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o relatório do senador Anastasia, que estabelece a política nacional de segurança pública. Nunca antes na história do Brasil nós tivemos um planejamento para a segurança pública como o que nasce agora.

O projeto respeita as características de cada local do País e, especialmente, financia a segurança pública no Brasil e em Minas, com a obrigatoriedade de alimentar permanentemente o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. Após 13 anos da inércia total do governo do PT no âmbito federal, agora vemos seguir em frente, uma expectativa de todos nós. Nos governos passados de Minas Gerais, deputado Sargento Rodrigues, vimos se realizar um grande trabalho pela integração das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. Nós, da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, fomos a 20 regiões de Minas Gerais, reunindo em cada uma delas o coronel comandante da região, o delegado-chefe de departamento, os prefeitos, os secretários e secretárias de Educação, de Saúde e de Assistência Social, buscando uma integração, entendendo que, para além da importância da repressão, da luta contra o crime, temos um papel fundamental, como Estado – no sentido macro, de governo da União, dos estados e dos municípios – na prevenção.

E a prevenção acontece, por exemplo, nas escolas e nos projetos esportivos, como o programa Campos de Luz, que lançamos, e que já iluminou mais de mil campos de futebol amador no Estado de Minas Gerais. É dessa maneira que pensamos a segurança pública: para além da repressão qualificada, questão que não vou abordar, já que acaba de falar dela um especialista, o deputado Sargento Rodrigues, pós-graduado em criminalística, que já disse que a repressão é fundamental para nutrirmos o sentimento mais importante em uma comunidade, que é o sentimento de segurança pública. Mas quero falar sobre a prevenção. Programas como o Campos de Luz estão ligados à prevenção, porque a noite iluminada traz, até para a polícia que está fazendo a repressão de um crime, a possibilidade de visualizar todo o seu campo de atuação. A Polícia Militar fez um apanhado nas regiões em que os campos foram iluminados, presidente Inácio Franco, e verificou que tivemos 75% menos ocorrências criminais. V. Exa. foi prefeito da nossa querida Pará de Minas e sabe que uma cidade bem iluminada, uma cidade organizada, é uma cidade segura. Uma cidade desorganizada, sem poda de árvores, mal iluminada, com prédios e casas abandonadas, possibilita o cometimento de crimes, o que gera uma insegurança muito grande na população. Entendemos que o prefeito, os secretários de Saúde, Assistência Social e de Educação do município, ou seja, todo o conjunto de gestores do município, liderado pelo prefeito, tem um papel fundamental na prevenção. Assim, o governo passado lançou o programa Fica Vivo em áreas de grande vulnerabilidade social, mas o programa está praticamente abandonado pelo atual governo.

Mas ainda falando em prevenção, que me parece um eixo fundamental no combate à criminalidade, deputado Inácio Franco, quero me referir especialmente à cidade em que nasci, Belo Horizonte, embora minha família venha de Martinho Campos, Velho da Taipa, Alberto Isaacson e da Abadia – meu pai foi jogador do União, em Abadia.

Mas, na minha cidade, Belo Horizonte, que tem mais de mil times de futebol amador, hoje há apenas 70 campos de futebol amador. Iniciei minha carreira num time da Vila Oeste, desde o mirim. Está ali o Zezé Rodrigues, que iniciou no Unidos da Brasilina. São praticamente times centenários do futebol amador de Belo Horizonte, que hoje estão totalmente abandonados, deixados. Não temos mais aquela chance para as crianças. Isso se chama prevenção contra a criminalidade, mas vimos os governos abandonarem isso. A construção de grandes avenidas no município são importantes? São, mas a preservação dos espaços, daqueles espaços fundamentais para o encontro das crianças, para o lazer das crianças, para o esporte das crianças, foi esquecida, foi abandonada em Belo Horizonte.

Então, estamos com uma dívida enorme na prevenção no nosso Estado de Minas Gerais. V. Exa. poderia falar de Pará de Minas. Eu me lembro, quando fui a Pará de Minas, que V. Exa. estava lançando o Segundo Tempo, uma grande área de esportes. Não me lembro bem do lugar, corretamente, mas V. Exa. estava presente com uma meninada, mais de 200 meninos, no contraturno da escola. Uma parte do dia estavam no programa Segundo Tempo, com V. Exa. à frente; e, à tarde, na escola. Se a criança estava à tarde na escola, pela manhã estava no programa. Estamos falando daquilo que V. Exa. fez em Pará de Minas: um programa de prevenção, tirando as crianças da possibilidade de serem usadas por adultos criminosos, por grandes quadrilhas. Hoje, os criminosos adultos usam adolescentes para cometer crimes. É dessa maneira que a coisa está funcionando.

Então, deixo de falar sobre a repressão, deputado Sargento Rodrigues, que já foi brilhante, como sempre, em sua abordagem, mas falo sobre a prevenção. Quero falar também sobre algo que tanto eu quanto o deputado Sargento Rodrigues vivemos nas visitas que fizemos pelo Estado de Minas Gerais, conhecendo a realidade da violência e da criminalidade. O que nos chamou a atenção onde fomos foi algo que está nos jornais de hoje, a mesma coisa que vimos naquela altura: “Tráfico de drogas em expansão no Estado de Minas Gerais”. Aqui está efetivamente o gargalo. Aqui está o calo em Minas Gerais, que tem 25% da malha rodoviária federal, com a BR-262, que liga o Mato Grosso à fronteira brasileira de Paraguai e Bolívia com o porto de Vitória. Por exemplo, em Bom Despacho, que V. Exa. conhece bem, há uma barreira da Polícia Rodoviária Federal, passando a grande Nova Serrana, juntando com Perdígão e aquelas outras cidades, com Conceição do Pará, e só vai ter outro posto da Polícia Rodoviária Federal em Betim. Então, há um vazio na estrada na questão da repressão a esse tipo de crime.

Aqui estamos falando de algo que aprendemos indo a vinte regiões de Minas Gerais: por que há um grande tráfico de drogas em Minas Gerais? É comércio. V. Exa. entende disso. Por que há comércio? Por que o comércio das drogas está em expansão? Porque há quem compra, há o usuário. Por que lutamos muito nos governos passados para enfrentarmos isso? Quem cura o usuário e o dependente de drogas? O deputado Inácio Franco domina essa matéria. São as comunidades terapêuticas espalhadas pelo nosso estado. Há 700 no Estado de Minas Gerais. O governo Anastasia lançou o Cartão Aliança pela Vida para tratar desse usuário, para quebrar a perna do tráfico de drogas. E, lamentavelmente, vimos neste governo do PT ser retirado todo o financiamento para tratamento do usuário e do dependente.

Não há mais um centavo para tratar o usuário e o dependente de drogas. O cartão Aliança pela Vida não existe mais, lamentavelmente.

Temos de apoiar as propostas do senador Anastasia na reconstrução de Minas Gerais. A reconstrução de Minas Gerais passa por uma política efetiva, uma política vigorosa de segurança pública, abrangendo seus três pilares, como a prevenção, a repressão e a recuperação. Temos de trabalhar e curar aquela pessoa usuária e dependente, que alimenta esse grande tráfico de drogas no Estado de Minas Gerais. Como disse a manchete desse jornal: “Tráfico de drogas em expansão”.

Quando ouvimos o governo, parece que não está acontecendo nada em Minas Gerais. Ao contrário. Estamos vendo o tráfico de drogas em expansão, estamos vendo o tráfico de drogas arregimentando os nossos jovens, os nossos adolescentes. Enquanto isso, não há trabalho para eles, e este governo aumentou todos os impostos, destruindo as pequenas, micro e médias empresas do Estado de Minas Gerais, geradoras de emprego. Vamos pensar?

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado João Leite, vou fugir um pouco da matéria que V. Exa. traz, por causa de um apelo do ex-prefeito da cidade de Riachinho, que está em situação de calamidade na área de saúde. O relato é do ex-prefeito de Riachinho, Valmir Gontijo, que disse que há um surto de meningite na cidade. Uma criança de apenas 9 anos veio a óbito, outras três estão internadas no Hospital de *Pronto-Socorro João XXIII* e quatro foram transferidas para o Município de Unaí. Uma outra criança se encontra internada no Município de Riachinho aguardando transferência.

Segundo o ex-prefeito Valmir Gontijo, todas as escolinhas e creches estão com as atividades paralisadas, fechadas por precaução. O município está um caos total. Falta apoio do governo do Estado, mas falta muito mais, deputado Inácio. V. Exa., que também atua na região Noroeste do Estado, sabe disso, da mesma forma o deputado João Leite, que é votado como este deputado, tem votação pulverizada.

Riachinho está próximo de Unaí, perto de Natalândia, e o ex-prefeito está pedindo socorro para a cidade. Só de verba da saúde, o governador Fernando Pimentel deixou de repassar para Riachinho R\$3.700.000.000,00. V. Exa. disse que o estrago era em todas as áreas, deputado João Leite, e está aqui mais um caso concreto do abandono do governo do PT em Minas Gerais das diversas políticas públicas, conforme V. Exa. relatou. Estou aqui dando ênfase à saúde, mas V. Exa. falou da segurança pública, da assistência social, da recuperação de drogados, do cartão Aliança pela Vida, que eles extinguiram. E, aqui, a cidade de Riachinho pede socorro. Enquanto isso, deputado Inácio Franco, o governador está gastando R\$3.500.000,00 com fretamento de jato. É uma vergonha o governo do PT.

Não deixe de gritar, ex-prefeito de Riachinho, não deixe de colocar a boca no trombone. Os vereadores têm de cobrar. Nós, aqui, temos de cobrar, deputado João Leite. São crianças dependendo de uma assistência à saúde e morrendo, porque o governador está inerte. Este é o governo do PT em Minas Gerais. Agradeço a V. Exa.

O deputado João Leite* – Parabéns! Sugiro, inclusive, que façamos imediatamente contato com os deputados federais: Pestana, Domingos Sávio, Paulo Abi-Ackel para provocar o ministro da Saúde, já que não temos esperança alguma deste governo do Estado atender essa calamidade e as crianças de Riachinho contraindo meningite. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TV Assembleia, fiz uma questão de ordem, mas acho importante falar aqui da tribuna. Trouxe ao conhecimento desta Casa um fato de que tomei conhecimento na sexta-feira da semana passada, em uma reunião que fiz em Realeza, Distrito de Manhuaçu, sobre a situação de 67 famílias em Matipó. Essas famílias estavam, em alguns casos, há 70 anos na área, e soubemos que alguns proprietários pagam tributos há 60 anos naquele local. A localidade, na realidade, 70 anos atrás, era um pouco longe da cidade, mas hoje é uma área nobre e está quase dentro da cidade.

Esse processo vem-se arrastando há muitas décadas, e o interessante é que ele foi extinto, segundo informações do advogado, três vezes. Agora saiu uma decisão do juiz de Abre-Campo para reintegração de posse na próxima terça-feira. Imagine a situação de alguém que nasceu ali 50, 60 anos atrás; imagine a situação dessas pessoas, porque a maioria das famílias é hipossuficiente, elas não têm para onde ir, elas têm dificuldades concretas. Eu até disse aqui que todas as informações que dei vieram dos moradores e do advogado do caso. Na sexta, eu me reuni com o advogado, que é de Ipatinga. Fui à casa paroquial tomar um café com o Pe. William, em Santana do Paraíso, e esse advogado esteve lá e me detalhou alguns casos, contou-me a situação, mostrando um pouco sua linha de raciocínio. Ele me disse que entraria com um recurso para tentar conseguir a suspensão.

Vemos que – e até compreendo – a dor das pessoas não está presente no processo, o processo é frio. Esse caso teve muitas intercorrências, muitos sobressaltos. A Constituição Federal diz que, quando houver conflito de terra – não é, deputado João Leite? –, o juiz tem de visitar a área para saber a situação por meio do relato dos moradores. Acredito que isso não aconteceu em Matipó.

Abre-Campo é uma comarca que tem dois magistrados, duas varas e pela qual o desembargador Joaquim Herculano tem um carinho muito grande – é a cidade onde ele nasceu, onde sua sábia mãe faleceu com 96 anos, há duas semanas. O desembargador sabe muito bem que, com essa dedicação, Abre-Campo tem uma comarca invejável, com boa infraestrutura. Dessa comarca fazem parte as cidades de Abre-Campo, Pedra Bonita, Santa Margarida, Caputira e Matipó.

Eu disse que sou votado em todas as cidades da comarca, exceto em Matipó. As pessoas têm notícias minhas por intermédio das outras cidades. Mesmo sem ser votado lá, sinto-me na obrigação de intervir como deputado da Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu ouvi a dor das pessoas na sexta-feira, o relato do advogado Mauro em Ipatinga no sábado, e ontem mesmo, em uma peça magistral do advogado, tivemos um despacho favorável do desembargador Otávio Portes, suspendendo: “defiro *ad cautelam* o efeito suspensivo”. Agora, o que esperamos nessa situação é que o juiz vá até a área constatar a situação de dor e sofrimento daquela família. Hoje, não, hoje foi um dia de muito foguete, de muita alegria. Tem um comércio, um posto de gasolina antigo na área, o resto são famílias. Então, esperamos que o juiz vá lá e constate, e esteja atento, porque lá temos escrituras registradas em 1972.

Quero fazer um registro, de público, até em homenagem ao deputado Sargento Rodrigues, da forma como fui acolhido pelo Cel. André Leão ontem. Mais do que depressa liguei para o Cel. André Leão e lhe disse que não daria para despejar na terça-feira, porque tinha protocolos e uma lei que exigia a interlocução com setores envolvidos, e a situação envolvia risco de mortes. Eu disse que deveríamos ter essa cautela. Ele me garantiu que os protocolos seriam cumpridos, porque tem uma lei estadual que exige cumprimento de protocolos em caso de reintegração de posse. Não seria de qualquer forma que na terça-feira haveria a reintegração de posse. É evidente que o Cel. André Leão disse que a decisão judicial deveria ser cumprida, mas que a cumpririam com total segurança, como a lei estadual estabelece.

A lei é de minha autoria e do deputado João Batista e, depois da sua reformulação, é do deputado João Leite e de minha autoria. Não afirmo com certeza, mas o deputado João Leite, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, e eu, como vice-presidente, trabalhamos nessa lei. Então, quero deixar bem claro que o coronel falou que a lei estadual seria respeitada, e registro aqui os meus agradecimentos pela forma como fui recebido e do atendimento do Cel. André Leão, dando a garantia de que o protocolo da Polícia Militar seria obedecido. E a questão social é uma questão que interessa também à Polícia Militar.

Quero fazer esse registro. Não conheço as famílias, apenas aquelas que foram me ver na sexta-feira, nunca estive na área, mas confiei na dor relatada pelos moradores e nas explicações técnicas do advogado do caso. Então, hoje estamos aqui com essa liminar. Como diz a célebre questão, quando nos remetemos ao nazismo: há juízes em Belo Horizonte, há juízes no Tribunal de Justiça. Agradeço muito essa acolhida, e espero que as questões caminhem para o entendimento. Entendo que proprietários são aqueles que lá estão há 70 anos. Os verdadeiros donos da área são aqueles que lá estão, por isso chamo o outro cidadão de pseudoproprietário da área. Os verdadeiros proprietários são aqueles que estão lá há 70 anos, e espero que ele vá explorar outra propriedade da família, pois tem muitas em Matipó, e deixe as pessoas morarem em paz lá, e que possam desfrutar de suas áreas com suas famílias.

Era esse o relato que queria trazer aqui, porque é importante que, neste momento de dificuldades, de aumento de desemprego, na situação causada por todo um Brasil de golpe, na situação de empobrecimento rápido e geral da população, haja sensibilidade em uma decisão como essa, para não agravarmos um problema social.

Não podemos voltar à década de 1920, com o presidente Washington Luís, que depois conheceu o exílio. Ele foi preso porque dizia que a questão social era questão de polícia. Questão social não pode ser de polícia, tem de ser questão de bom senso para ser resolvida. Então fica aqui esse registro, esse agradecimento pela solução desse problema.

Irámos marcar, na semana que vem, deputado Cristiano Silveira, uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, a pedido dos moradores. Hoje, às 15h30min, vamos lá aprovar essa audiência, se houver necessidade, se os moradores quiserem. Aliás, para esta audiência, vamos chamar o juiz e o desembargador relator da causa para que ouçam também as famílias, para conhecerem a dor das famílias. Se o juiz da comarca não puder vir por causa da distância, que envie um oficial do seu gabinete, envie um assessor para acompanhar a situação dessas famílias. Vamos pensar aí e, nos próximos dias, se a comunidade quiser manter a decisão, faremos essa reunião na Comissão de Direitos Humanos, para ouvirmos também as explicações técnicas do advogado. O advogado acha que o processo é nulo, que a decisão tomada na 1ª instância tem de ser nula, que é uma decisão carregada de nulidade. Então, na Comissão de Direitos Humanos, prof. Cristiano, vamos realmente ouvir os moradores e discutir essa questão de Matipó. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSO PROFERIDO NA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/5/2018

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas presentes no Plenário, bem como os telespectadores da TV Assembleia e todos que se encontram nas galerias.

Mais uma vez retorno a esta tribuna para falar de um tema importante, do que vem acontecendo em nosso país, e, da minha parte, como deputado estadual, representante da categoria dos trabalhadores em transportes, como sindicalista que sou, não poderia de deixar de manifestar o meu apoio.

Os caminhoneiros do Brasil iniciaram ontem um movimento nacional de manifestação e paralisações. Foram registrados atos em 20 estados e no Distrito Federal. A maioria dos atos impede a passagem de caminhões, mas libera, de forma organizada e tranquila, os carros de passeio, outros veículos, carga perecível e produtos para hospitais. Ou seja, não está trazendo transtorno para outros segmentos, para outros serviços de transporte.

Em Minas Gerais, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal, tivemos manifestações em 20 trechos da Fernão Dias, na BR-381, na BR-491, na BR-265, na MG-050, na BR-040. Os trabalhadores autônomos, os caminhoneiros autônomos deste país, não aguentando mais essa situação, convivendo com absurdos aumentos no preço do óleo diesel, estão reagindo a essa situação contrária que a categoria está vivendo.

A iniciativa é uma resposta às condições de trabalho e aos aumentos abusivos dos combustíveis no País. A categoria quer redução do valor do óleo diesel.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP –, o preço médio do diesel nas bombas, somente este ano, teve alta de 8%, valor muito superior à inflação acumulada no ano, que foi de 0,92%, segundo o IBGE.

Em anos anteriores, graças à mobilização de suas entidades representativas, os caminhoneiros tiveram conquistas importantes, como a carta-frete, o vale-pedágio, o programa Pró-Caminhoneiro e a redução da base de cálculo do Imposto de Renda do autônomo de 40% para 10%. Contudo, muitas delas vêm sendo desrespeitadas pelo atual governo federal. Por essa razão, a União Nacional dos Caminhoneiros exigiu do presidente Temer o cumprimento de todas as medidas negociadas nos anos anteriores.

Quanto ao aumento dos combustíveis, a resposta que o governo federal vem dando é, no mínimo, fora de órbita. A Petrobras elevou hoje os preços do diesel em 0,97% e os da gasolina em 0,9% nas refinarias. Esse é o décimo primeiro aumento do preço da gasolina nos últimos 16 dias, ou seja, a cada um dia e meio o preço dos combustíveis foi aumentado. Ao longo do mês de maio, o preço da gasolina subiu 16% e, nos últimos 12 meses, a alta do diesel foi de 12,3%, o sétimo aumento consecutivo do produto. O governo federal não controla mais os preços, o que causa prejuízo para os caminhoneiros, para as empresas, para os demais agentes do setor de transporte e para a população. Pois bem, é o transporte que movimenta a economia do País, é esse setor que transporta toda a produção do Brasil. Mas ele vem recebendo esse tratamento do governo federal. É preciso perguntar: esse é um problema só dos caminhoneiros? Claro que não. O transporte rodoviário é responsável pela imensa maioria dos transportes de carga e de passageiros. Quando o preço dos combustíveis aumenta, aumentam também os preços dos produtos e das passagens de ônibus. Ou seja, todo mundo neste país é prejudicado. Por que isso acontece? Porque o governo federal, que deveria controlar a Petrobras, atrelou o preço dos combustíveis à cotação internacional do petróleo. Quando ocorre um problema lá na Cochinchina, o preço do diesel aumenta aqui no Brasil, e quem paga o pato são os caminhoneiros, a população e as pessoas mais pobres. Quando o preço abaixa no mercado internacional, o preço dos combustíveis diminui na bomba? Claro que não. A Petrobras não pode viver para dar lucro para as grandes empresas estrangeiras, ela tem de controlar preço e defender o povo brasileiro, os caminhoneiros e as empresas nacionais das especulações internacionais.

O governo federal e os meios de comunicação acham que todo mundo é bobo. Essa história de que os impostos são os responsáveis pelo aumento é pura balela, afinal, os impostos continuam os mesmos. O que tem aumentado no dia a dia é o preço do combustível, e não os impostos. E quem aumenta é a Petrobras, é o governo federal, o governo Temer. Esse, sim, determina aumento de combustível em todo o País, e não é diferente aqui em Minas Gerais. Por desconhecimento ou má-fé, muita gente tem acusado o governo de Minas, o governador Fernando Pimentel e os deputados estaduais de terem aumentado o valor dos impostos do diesel. Isso não é verdade. Não houve aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS – sobre o diesel ou sobre o gás de cozinha. Em 2016, houve um reajuste do ICMS da gasolina, que representou o insignificante valor de R\$0,08. Isso mesmo: R\$0,08. O imposto reduziu o preço do álcool e não houve reajuste para o óleo diesel.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reafirmou hoje, após se reunir com os ministros da Fazenda e de Minas e Energia, que a política de reajuste dos preços de combustíveis da empresa não será alterada. Por isso, todos nós devemos apoiar e nos juntar aos outros caminhoneiros. Todos nós devemos exigir diesel, gasolina e gás de cozinha mais baratos, a retomada do controle dos preços da Petrobras e o congelamento geral dos preços. O governo federal está brincando com fogo. Todas as manifestações dos caminhoneiros são justas e necessárias. Por isso, mais uma vez, essa categoria tão prejudicada, essa categoria de caminhoneiros tão desvalorizada, que não tem sequer uma política de incentivo fiscal e que tem uma importância muito grande para este país, para o transporte, para a movimentação da economia, mais uma vez não tem tido o seu valor reconhecido. E isso vem se arrastando. Não bastasse o aumento do combustível, também há décadas tiraram o direito de esses profissionais se aposentarem em 25 anos.

Tudo isso está na contramão da história e vem prejudicando essa categoria. Enquanto deputado estadual, enquanto sindicalista, representante dos trabalhadores, e aqui de forma especial os trabalhadores em transportes, seja na carga, seja no coletivo, seja nas categorias diferenciadas, luto para que eles sejam respeitados e valorizados. A população precisa do sistema de transporte, precisa que os motoristas sejam reconhecidos e que tenham condições de trabalho. Os motoristas caminhoneiros estão gritando, pedindo uma oportunidade de ter um frete reconhecido, um frete aumentado, mas não há política nenhuma nesse sentido. Aumentam o preço do óleo diesel, aumentam os insumos derivados do óleo diesel, do petróleo, mas não aumentam o valor do frete. E os custos, a cada dia, sobem e alteram as condições de trabalho dessa categoria.

É por isso que venho aqui mais uma vez, a esta tribuna, nesta Assembleia Legislativa, deixar o meu manifesto de apoio, o meu manifesto de solidariedade a essa categoria de caminhoneiros, de trabalhadores que trabalham em situações muito adversas, expostos a intempéries. Quando trabalham à noite, enfrentam a madrugada. Quando trabalham de dia, enfrentam a chuva, a poeira, o barro. Essa categoria que exerce sua função de forma tão insalubre, penosa, periculosa, sofrendo risco de acidentes, não tem o valor reconhecido por parte do governo.

No nosso mandato, peço, mais uma vez, ao governo Fernando e ao governo Temer que possamos trabalhar juntos para que essa categoria tenha mais valor. E aqui em Minas, o governo Fernando Pimentel tem dado a sua resposta de forma positiva, não alterando o preço do óleo diesel nem o valor do ICMS para que pudesse pressionar o preço do óleo diesel. Mas deixo muito claro, desta tribuna, que os aumentos de combustíveis são oriundos de decisões tomadas pela Petrobras e pelo governo federal. Aqui, no meio de 77 deputados, às vezes somos injustamente acusados de dar aumento de preço de óleo diesel, de dar aumento de impostos, o que é uma inverdade que eu não poderia deixar de registrar neste momento de manifestação dos caminhoneiros, não poderia deixar de passar a verdade para a população. Nem o governo Fernando Pimentel nem os deputados da base do governo aprovaram aumento de óleo diesel, mas, sim, deram condição para que a política do nosso estado proporcionasse uma melhor condição para o povo brasileiro, para o povo mineiro, que trafega, que roda pelas nossas regiões.

Pedimos ao governo Temer que faça a reforma tributária, que faça as reformas necessárias para corrigir esses equívocos, da mesma forma, que corrija a política adotada hoje na Petrobras. Que não transfiram todos os problemas da Petrobras para o setor de transporte, porque eles não podem ser penalizados.

Deixo aqui o meu apoio, presidente, a minha manifestação de solidariedade a cada caminhoneiro, a cada caminhoneira, a cada trabalhador que roda este país, que precisa ter o seu justo reconhecimento por parte deste governo com políticas sérias.

Faço um apelo. Falei hoje de manhã com o presidente nacional dos caminhoneiros, companheiro China. Disse-lhe que faríamos esta manifestação aqui na Casa. Volto a pedir ao governo Temer, ao governo federal que abra negociação. Os caminhoneiros estão em dificuldades e, sem os serviços de transporte, este Brasil para. Estamos aqui fazendo mais esse apelo para que essa categoria possa ser respeitada.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui o meu apoio. Agradeço imensamente por toda oportunidade dada para que pudéssemos fazer hoje, nesta tarde de terça-feira, neste segundo dia de manifestação de luta dos caminhoneiros, o nosso pronunciamento. Têm o nosso apoio. Podem sempre contar conosco, pois estaremos à disposição junto com outros deputados que abraçam a causa, que sabem das dificuldades do setor de transporte, do caminhoneiro autônomo e de todo aquele que tem até mesmo vínculo empregatício, que está hoje com a situação difícil, em função dos baixos salários. Estamos aqui juntos, unificados, para encontrar forças, para resolver, para buscar uma resposta, a fim de que essa categoria seja respeitada neste país. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Felipe Batista de Melo, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes.